



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O ano de 2014 foi marcado por importantes mudanças para a Oi S.A. ("Oi" ou "Companhia"). A Companhia iniciou um processo de fusão com a Portugal Telecom, que resultou em maio em um aumento de capital de R\$ 13,9 bilhões, divididos entre recursos captados em caixa e os ativos portugueses e africanos da Portugal Telecom.

Paralelamente a este processo, surgiram empresas interessadas em adquirir os ativos portugueses da PT Portugal SGPS S.A. ("PT Portugal"), companhia operadora de telecomunicações em Portugal que foi contribuída à Oi pela PT SGPS S.A no âmbito do aumento de capital. Neste sentido, a Companhia entendeu que a alienação poderia gerar valor aos acionistas proporcionando uma melhoria substancial de sua flexibilidade financeira, e permitindo a Oi concentrar suas energias na captura de oportunidades no mercado brasileiro em um potencial movimento de consolidação futuro.

Apoiada nessa visão estratégica para sua atuação no mercado brasileiro, em 09 de dezembro de 2014, a Oi anunciou o acordo de venda destes ativos portugueses para a Altice S.A. ("Altice") e a conclusão da operação se encontra pendente apenas da segregação dos ativos que estão sendo alienados, bem como de aprovações regulatórias normais neste tipo de transação.

Outra importante mudança ocorrida no curso do ano de 2014 foi a substituição do Diretor presidente da Companhia. Em 07 de outubro de 2014, o então diretor presidente Zeinal Bava apresentou pedido de renúncia ao Conselho da Administração da Oi, que indicou o então Diretor de Finanças e Relações com Investidores, Bayard De Paoli Gontijo, para assumir a Presidência da Companhia.

Bayard Gontijo iniciou sua carreira na Oi há 13 anos como Gerente de Tesouraria e, durante este período, assumiu responsabilidades determinantes no Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Tesouraria e CFO. Neste período, Bayard Gontijo conquistou a confiança e respeito dos acionistas e colaboradores para assumir o grande desafio de transformar a Oi sob os aspectos operacionais e financeiros, mantendo-a como uma das principais operadoras brasileiras de telecomunicações.

A nova administração da Companhia definiu quatro principais prioridades estratégicas: Continuar o turnaround operacional, melhorando o controle de COPEX (OPEX+CAPEX) e um compromisso de redução de consumo de caixa;

Melhorar o perfil do seu balanço patrimonial; Elevar a governança corporativa ao mais alto nível do Brasil; Participar no processo de consolidação buscando maximizar a geração de valor ao acionista.

Continuar o turnaround, melhorando o controle de COPEX (OPEX+CAPEX) e compromisso de redução de consumo de caixa

Embora os resultados do terceiro trimestre de 2014 tenham ficado abaixo da expectativa do mercado, a administração da Oi apontou este trimestre como sendo o ponto de inflexão para o turnaround operacional da Companhia. Diversas iniciativas de melhoria operacional foram planejadas e algumas delas implementadas ainda em 2014. Em um de seus primeiros atos como presidente da Oi, Bayard reduziu o quadro de executivos da Companhia para tornar a estrutura mais eficiente e as tomadas de decisões mais ágeis. Entre as mudanças, foram unificadas as áreas comercial e de mercado sob um único diretor, assim como as diretorias dos segmentos Corporativo e Empresarial, que também foram integradas.

A Companhia também decidiu divulgar os resultados preliminares relativos a Outubro e Novembro de suas operações no Brasil, reafirmando o posicionamento de que o terceiro trimestre de 2014 seria o ponto de inflexão dos seus negócios. De fato, os resultados finais do quarto trimestre de 2014 mostram evolução de 7,4% no EBITDA de rotina das operações brasileiras em relação ao terceiro trimestre, confirmando o início do processo de turnaround da Companhia. Cabe destacar que a receita líquida no Brasil também apresentou evolução sequencial, com crescimento de 4,8% no quarto trimestre de 2014 em relação ao trimestre anterior.

Além disso, em linha com o compromisso de melhoria operacional e foco na rentabilidade do negócio, a Companhia divulgou a projeção de EBITDA de rotina das operações brasileiras, que deverá ficar no intervalo entre R\$ 7,0 bilhões e 7,4 bilhões em 2015, representando um crescimento de aproximadamente 9% em relação a 2014. Todos estes números apresentados no final de 2014 reforçam a confiança no compromisso de todos os colaboradores da Oi em atingir esta importante meta.

Como forma de reduzir o consumo de caixa, a Oi também definiu para 2015 uma meta de melhoria de seu fluxo de caixa operacional (EBITDA de rotina - CAPEX) entre R\$ 1,2 bilhão a 1,8 bilhão para suas operações no Brasil e já vem implementando iniciativas na direção da rentabilidade e produtividade do seu negócio, reduzindo custos operacionais e otimizando a alocação do capital.

Neste sentido, com o objetivo de garantir que os ganhos definidos serão capturados ao longo do ano, a Companhia definiu no seu orçamento para 2015 um plano que tem como principal alavanca a redução de custos. Nesse contexto foi criada uma diretoria responsável pelo acompanhamento, monitoramento e suporte à execução do Plano 2015 (Diretoria de Transformação). Neste momento já existem mais de duzentas e cinquenta iniciativas já mapeadas, com foco no aumento de produtividade e eficiência operacional. Este processo é apoiado por consultores externos especializados neste tipo de projeto, com ferramentas e metodologias focadas na execução das iniciativas e geração de caixa.

Melhorar o perfil do seu balanço patrimonial

A Companhia continua executando sua estratégia de correção do balanço patrimonial através da venda de ativos. Em 2014, a Oi concluiu a venda de dois lotes de torres móveis, um em Março e outro em Dezembro, totalizando 3.648 torres no valor total de R\$ 2,7 bilhões.

A celebração do contrato de venda da PT Portugal pela Companhia foi um importante passo na direção de reduzir significativamente sua alavancagem, fortalecendo sua flexibilidade financeira e permitindo a participação da Oi em um potencial movimento de consolidação do setor no Brasil. A venda para Altice considera um valor da empresa (enterprise value) de 7,4 bilhões de Euros, excluindo caixa e dívida, e inclui um earn-out (pagamento diferido) de 500 milhões de Euros relacionado a geração futura de receita da PT Portugal, além de ajustes ao preço normais em transações desta natureza. Estes recursos estarão disponíveis para a Companhia após o processo de venda da PT Portugal estar totalmente concluído, o que a Companhia espera que ocorra até o fim do primeiro semestre de 2015. O uso destes recursos será destinado exclusivamente para o pagamento de dívidas da Companhia e à participação em um possível processo de consolidação no Brasil. Em ambos os casos, a Oi terá a possibilidade de reduzir significativamente seu nível de alavancagem e melhorar o perfil do seu balanço patrimonial. É importante mencionar que, devido à celebração do contrato de venda à Altice, as operações da PT Portugal tiveram que ser tratadas como operações descontinuadas. Este tratamento gerou um ajuste contábil de R\$ 4.164 milhões no resultado líquido da Oi S.A., que registrou assim um prejuízo líquido consolidado de R\$ 4.408 milhões em 2014, apesar das operações continuadas ter gerado lucro líquido de R\$ 8 milhões no mesmo período.

Em 16 de setembro de 2014, o Conselho de Administração autorizou a alienação das participações da Oi na Africatel Holdings B.V. e a Companhia iniciou um processo formal para realizar esta operação, que ainda se encontra em curso. Adicionalmente, a Companhia continua buscando negociações e oportunidades de monetização de ativos não estratégicos, com o objetivo de fortalecer seu balanço patrimonial e maximizar o valor aos seus stakeholders.

Elevar a governança corporativa ao mais alto nível do Brasil

Devido aos acontecimentos já comentados anteriormente e em função da pendência de aprovação do formulário 20-F de 2013 da PT SGPS pela SEC (Securities and Exchange Commission), a migração ao Novo Mercado não deverá ocorrer no curto prazo. Entretanto, a administração da Companhia está trabalhando junto ao seu Conselho de Administração em estruturas alternativas que produzam tanto quanto possível os mesmos efeitos do Novo Mercado aos seus acionistas e, paralelamente, continuará trabalhando firmemente para fazer a migração para o Novo Mercado o mais brevemente possível.

Participar no processo de consolidação buscando maximizar a geração de valor ao acionista.

A Companhia acredita que um movimento de consolidação é positivo para o setor de telecomunicações no Brasil, na medida em que propiciaria importantes sinergias e ganhos de escala, permitindo que os operadores remanescentes pudessem aumentar seus investimentos e assim acelerar a agenda digital no país, aumentando a penetração e a qualidade dos serviços, e trazendo claros benefícios para a economia, consumidores e para a sociedade em geral. Neste sentido, em 2014, a Oi contratou o Banco BTG Pactual S.A. para atuar como comissário mercantil, na forma do artigo 693 do Código Civil, para, agindo em seu próprio nome e por conta e ordem da Companhia, desenvolver alternativas para viabilizar a consolidação do mercado de telecom no Brasil. Cabe destacar que, no entanto, não há até o momento qualquer decisão em relação a uma proposta formal para a consolidação.

Por fim, cabe ressaltar que a Oi e seus colaboradores estão confiantes e determinados em atingir todas as suas prioridades estratégicas com a certeza de que terão sucesso na transformação da Companhia.

A Oi já deu provas no passado de que superar os grandes desafios do mercado de telecomunicações brasileiro e hoje carrega no DNA a marca da inovação e do comprometimento com a busca da excelência. Além disso, a Companhia tem diferenciais competitivos que garantem a sustentabilidade de seu negócio e é destacadamente um dos mais importantes fomentadores do processo de inclusão digital do País.

2 - CONJUNTURA ECONÔMICA

No Brasil, o ano de 2014 foi caracterizado pela incerteza política com as eleições presidenciais e pela Copa do Mundo de futebol, eventos que afetaram a confiança do empresário e que culminaram na estagnação da atividade econômica.

O baixo crescimento da economia e a queda na taxa de investimento estiveram combinados com o déficit nas contas externas e nas contas públicas, além da manutenção de uma inflação elevada ao longo de todo o ano, o que acabou por afetar, ainda, a confiança do consumidor.

Para os demais indicadores da economia, o boletim FOCUS aponta para um PIB próximo de zero em 2015 e 1,5% em 2016. Dólar encerrando a R\$2,80 em 2015 (R\$2,90 em 2016) e Selic a 12,50% ao final de 2015 (11,50% em 2016).

A perspectiva é de continuação do crescimento mundial diante do realizado em 2014. Para a Zona do Euro, espera-se a ampliação de medidas por parte do BCE com vistas a estimular a economia e elevar a inflação. Nos Estados Unidos, espera-se o início do ciclo de aumento da taxa de juros, que se encontra próximo a 0% desde 2008. Já a China estuda a possibilidade de reduzir sua meta de crescimento em 2015 para algo em torno de 7,0%.

3 - O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES EM 2014

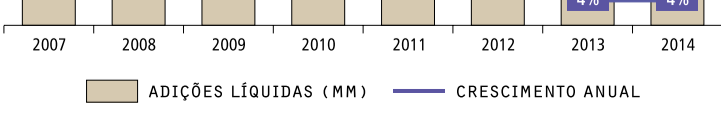
Segundo a ANATEL, no final de dezembro de 2014, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou cerca de 369,2 milhões, representado por 45,0 milhões de linhas fixas em serviço, 280,7 milhões de usuários móveis, 24,0 milhões de acessos de internet em banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM) e 19,5 milhões de usuários de TV por assinatura. A evolução de 3,7% que corresponde a milhões de acessos em relação à 2013 foi motivada principalmente pelas expansões adições líquidas do segmento de banda larga móvel (SCM) e TV por assinatura.

Telefonia Fixa

O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu em 2014, 45,0 milhões de linhas em serviço segundo os dados da ANATEL, evolução de 0,3% sobre dez/13. Este encontra-se maduro com crescimentos apenas marginais, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel.

Telefonia Móvel

Com 280,7 milhões de usuários em dezembro de 2014 e teledensidade de 138,0% sobre a população. As adições líquidas em 2014 somaram 9,6 milhões de usuários, refletindo crescimento de 3,6% em relação ao ano anterior. O pré-pago representou 75,8% do total de usuários móveis em dezembro de 2014 (78,0% em 2013), enquanto no pós-pago os usuários representaram 24,2% do total da base móvel.



Banda Larga Fixa (SCM)

Segundo os dados da ANATEL, o mercado de acesso à internet através da banda larga fixa (SCM) manteve-se como uma das avançadas de crescimento do setor em 2014. Ao final de 2014, a base de usuários atingiu cerca de 24,0 milhões de acessos, revelando crescimento de 8,0% frente a 2013, o que representa 2,4 milhões de novos usuários.

TV por Assinatura

Em dezembro de 2014, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou uma evolução de 1,5 milhões, um crescimento de 8,4% no ano de 2014 (11,3% em 2013). Ao fim de dezembro de 2014, os acessos de TV por assinatura totalizaram 19,5 milhões de assinantes.

Plano Geral de Atualização da Regulamentação

Em outubro de 2010, quempleam-se dois anos da edição do PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação – , momento para o qual se previa a conclusão das ações de curto prazo previstas nesse Plano, incluindo-se novos regulamentos sobre temas de grande importância para o setor. Nem todas essas ações foram finalizadas. O status dos principais temas da agenda é apresentado a seguir.

Regulamento de LTOG (Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita): dispõe sobre regras para a distribuição da Lista Telefônica e oferta do Serviço de Auxílio à Lista. Consulta Pública (11/2010) já concluída, mas Regulamento ainda não foi publicado.

Regulamento de Numeração: A Resolução nº 533, de 14 de dezembro de 2010, alterou o Regulamento de Numeração do Serviço Móvel Pessoal padronizando com nove dígitos o Código de Acesso do Usuário. A medida atualmente está implementada nos Estados de Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Roraima e São Paulo. Para o ano de 2015, nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte a mudança ocorrerá no dia 31 de maio de 2015, já nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Sergipe no dia 11 de outubro de 2015. Por último, até 31 de dezembro de 2016, serão as regiões Sul, Centro-Oeste e a Acre.

Regulamentos de Fiscalização e Sanções Administrativas (CP 21 e 22/2010): Consultas Públicas finalizadas e regulamentos publicados (Sanções – Resolução 589/2012 e Fiscalização – Resolução 596/2012). Os regulamentos permitiram a redução de multas, a possibilidade de acordos substitutivos (Termo de Ajuste de Conduta – TAC), e previram elaboração de nova metodologia de multas. Durante o ano de 2014, após procedimento de Consulta Pública, foram publicadas portarias com novas metodologias de cálculo para alguns tipos de multas, com de direito e garantia dos usuários. Espera-se que ao longo de 2015 as metodologias de multas não tratadas em 2014 sejam colocadas em consulta pública, entre as quais podemos destacar as de Universalização e de Interrupções.

Novo Regulamento de Áreas Locais (CP 23/2010): novo Regulamento, publicado em janeiro de 2011 por meio da Resolução 560/2011, amplia abrangência geográfica das áreas locais, provocando alteração do volume de chamadas de Longa Distância e na remuneração de redes associada a essas chamadas.

Novo Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD): submetido à CP 50/2010 no final de 2010 e regulamento aprovado, conforme Resolução 590/2012. O novo regulamento mantém a possibilidade de cobrança de EILD Especial, mas reduziu os valores da tabela de referência da ANATEL em média 17%, e incluiu possibilidade de desconto por prazo e volume. Vale destacar ainda que há novas obrigações para a oferta de EILD decorrente da aprovação do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) – Resolução 600/12, como a obrigação da divulgação de Oferta Pública de Produto de Atacado ("ORPA") e a comercialização por meio do Sistema de Negociação de Oferta de Atacado ("SNOA").

Revisão do Regulamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE: CP 11/2011 lançada em 1 de março de 2011 e regulamento publicado, conforme Resolução 586/2012. O novo regulamento define as regras básicas, os requisitos de demanda e as características para oferta, tarifação, qualidade e forma de pagamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE, do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral – STFC, prestado em regime público. Os beneficiados pelo AICE são os assinantes de baixa renda constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (que incluem as famílias com renda de até três salários mínimos).

Regulamento Geral de Qualidade das Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - RGQ-STFC em substituição ao Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 341, de 20 de junho de 2003, e ao Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 417, de 17 de outubro de 2005; CP 16/2011 lançada em 31 de março de 2011, e Regulamento aprovado pela Resolução nº 605/2012. O Regulamento alterou as condições de medições sobre a qualidade da prestação do STFC, permitindo a coleta dos dados de indicadores de completamento de chamada por outros meios além dos arquivos de tarifação. Pode ocorrer, em 2015, uma nova Consulta Pública com o objetivo de unificar todos os regulamentos de qualidade dos serviços em um único documento.

Norma da Metodologia para Cálculo do Fator de Transferência X Aplicado nos Reajustes de Tarifas do STFC: CP 39/2011 lançada em 18 de julho de 2011, mas o Regulamento ainda não foi publicado (é provável que a ANATEL realize uma nova Consulta Pública em razão do tempo decorrido). Esta Norma tem por objetivo estabelecer os critérios e a metodologia de cálculo do fator de Transferência X, previsto nas regras contratuais de reajuste de tarifas nas modalidades do STFC, conforme §2º da Cláusula 12.1 dos Contratos de Concessão do STFC, vigentes a partir de 2 de maio de 2011, em cumprimento ao art. 7º, inciso II, do Decreto nº 4733, de 10 de junho de 2003.

Regulamento de Bens Reversíveis: CP 52/2010 lançada no final de 2010, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Disciplina a concessão de anuidade prévia para substituição, oneração e alienação de bens reversíveis. Também prevê condições mais rígidas para o controle dos bens da Concessionária.

Outros temas

MVNO (imobile virtual network operator): foi aprovada, em novembro de 2010, a Resolução 550 que permite a prestação do SMP por operadoras virtuais (MVNO). Ainda não existem prestadoras de MVNO em parceria com a Oi. A Porto Seguro e a Datora firmaram parcerias com a TIM.

Regulamento do SCM: CP 45/2011 lançada em 8 de agosto de 2011, deu origem, após inúmeras contribuições da sociedade, ao novo Regulamento de SCM, aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013. O novo Regulamento trouxe como inovação a permissão de as próprias prestadoras de SCM poderem realizar o provimento de conexão à internet e a permissão de implantação da função mobilidade restrita, cujas condições estão previstas na regulamentação específica de uso de radiodifusão.

Regulamento de Gestão da Qualidade do SCM – RGQ-SCM: CP 46/2011 lançada em 9 de agosto de 2011, cujo Regulamento foi editado em 31 de outubro de 2011. O Regulamento estabelece as metas de qualidade e os critérios de avaliação, obtenção de dados e acompanhamento da qualidade das prestadoras do SCM.

Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado ("SeAC"): CP 65/2011 lançada em 19 de dezembro de 2011, cujo regulamento foi publicado conforme Resolução 581/2012. O Regulamento operacionaliza o disposto na Lei nº 12485, de 12 de setembro de 2011, quanto a comunicação audiovisual de acesso condicionado. Apresenta o regramento para esse novo serviço (SeAC), incluindo disposições acerca da origem do serviço, instalação e licenciamento de estações, canais de programação de distribuição obrigatória e outros, no sentido de reduzir possíveis barreiras à entrada de novos prestadores.

Novos Regulamentos

Modelagem de Custos de Telecomunicações: CP 26/2012, lançada em 4 de julho de 2012, e regulamento aprovado, conforme resolução 639/14. O modelo propõe compreender os custos dos serviços de atacado regulados no Brasil, incluindo interconexão fixa, interconexão móvel e linhas dedicadas (EILD). A ANATEL publicou a Resolução 639/14, definindo a metodologia e alterando a forma de entrega de informações para o cálculo dos valores. Simultaneamente, publicou os atos com os valores de 2016 a 2019 para interconexão fixa e móvel.

Resolução sobre prestação do STFC fora da ATB (STFC FATB): CP 08/2012, lançada em 15 de fevereiro de 2012 e regulamento aprovado pela Resolução nº 622/2013. O Regulamento tem por objetivo disciplinar as condições de atendimento do STFC em áreas rurais, tanto para acesso individual quanto coletivo, criando ofertas de planos de serviços em toda a área rural/FATB.

Plano Geral de Metas de Competição ("PGMC"): previsto no PGR como ação de curto prazo, Regulamento do PGMC foi aprovado pela Resolução 600/2012. O PGMC definiu os mercados relevantes para o Setor de Telecomunicações, as regras para identificação dos Grupos Empresariais que contêm empresas com Poder de Mercado Significativo ("PMS"), e obrigações destinadas à incentivar a competição.

Resolução Conjunta ANATEL e ANEEI nº 04, que aprova o preço de referência para compartilhamento de postes e estabelece regras para uso e ocupação dos Pontos de Fixação. O valor mensal pelo uso de um ponto de fixação de cabos por poste será de R\$ 3,19, e no caso de concessionária prestadora de serviço de telecomunicações este poderá ser ajustado nas áreas onde houver competição de forma escalonada em até 10 anos. A regra é a livre negociação, em caso de desacordos a discussão será levada para a Comissão de Composição de Conflito. O custo da adequação será compartilhado com o novo entrante.

4 - PERFL DA EMPRESA

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços integrados em telecomunicações no Brasil, reunindo aproximadamente 74,5 milhões de Unidades Geradoras de Receita ("UGRs"). A Companhia atua em todo território nacional e oferece uma variedade de produtos de telecomunicações integrados que incluem telefonia fixa e móvel, uso de redes (interconexão), transmissão de dados (inclusive banda larga) e televisão paga (oferecidos também através de pacotes double-play, triple-play e quadruple-play), serviços de internet e outros serviços de telecomunicações, para clientes residenciais, empresas e órgãos governamentais. A Companhia conta com aproximadamente 347 mil km de fibra ótica instalada, atendendo o maior backbone do Brasil. Além disso, a sua cobertura móvel abrangem aproximadamente 88,5% da população brasileira. A Companhia possui aproximadamente 18,1% do market share em telefonia móvel e cerca de 36,5% em telefonia fixa. A Companhia disponibiliza, ainda, como parte de suas ofertas convergentes, mais de 1 milhão de hotspots wifi, mantidos inclusive em locais públicos, tais como aeroportos e shopping centers.

5 - ESTRATÉGIA DA COMPANHIA E NOVOS NEGÓCIOS

As iniciativas da Oi e suas empresas controladas visam a alcançar e manter a liderança do mercado e gerar valor para os seus acionistas. Todas essas iniciativas refletem o posicionamento de sua administração, pautado pela agilidade, simplicidade e objetividade.

No ano de 2014, a estratégia da Oi está baseada em quatro principais pilares: Continuar o turnaround operacional, melhorando o controle de COPEX (OPEX+CAPEX) e um compromisso de redução de consumo de caixa;

Melhorar o perfil do seu balanço patrimonial; Elevar a governança corporativa ao mais alto nível do Brasil; Participar no processo de consolidação buscando maximizar a geração de valor ao acionista.

Continuar o turnaround, melhorando o controle de COPEX (OPEX+CAPEX) e compromisso de redução de consumo de caixa

Em um de seus primeiros atos como presidente da Oi, Bayard reduziu o quadro de executivos da Companhia para tornar a estrutura mais eficiente e as tomadas de decisões mais ágeis. Entre as mudanças, foram unificadas as áreas comercial e de mercado sob um único diretor, assim como as diretorias dos segmentos Corporativo e Empresarial, que também foram integradas.

Como forma de reduzir o consumo de caixa, a Oi também definiu para 2015 uma meta de melhoria de seu fluxo de caixa operacional (EBITDA de rotina - CAPEX) entre R\$ 1,2 bilhão a 1,8 bilhão para suas operações no Brasil e já vem implementando iniciativas na direção da rentabilidade e produtividade do seu negócio, reduzindo custos operacionais e otimizando a alocação do capital.

Neste sentido, com o objetivo de garantir que os ganhos definidos serão capturados ao longo do ano, a Companhia definiu no seu orçamento para 2015 um plano que tem como principal alavanca a redução de custos. Nesse contexto foi criada uma diretoria responsável pelo acompanhamento, monitoramento e suporte à execução do Plano 2015 (Diretoria de Transformação). Neste momento já existem mais de duzentas e cinquenta iniciativas já mapeadas, com foco no aumento de produtividade e eficiência operacional. Este processo é apoiado por consultores externos especializados neste tipo de projeto, com ferramentas e metodologias focadas na execução das iniciativas e geração de caixa.

Melhorar o perfil do seu balanço patrimonial

A Companhia continua executando sua estratégia de correção do balanço patrimonial através da venda de ativos. Em 2014, a Oi concluiu a venda de dois lotes de torres móveis, um em Março e outro em Dezembro, totalizando 3.648 torres no valor total de R\$ 2,7 bilhões.

A celebração do contrato de venda da PT Portugal pela Companhia foi um importante passo na direção de reduzir significativamente sua alavancagem, fortalecendo sua flexibilidade financeira e permitindo a participação da Oi em um potencial movimento de consolidação do setor no Brasil. O uso destes recursos será destinado exclusivamente para o pagamento de dívidas da Companhia e à participação em um possível processo de consolidação no Brasil. Em ambos os casos, a Oi terá a possibilidade de reduzir significativamente seu nível de alavancagem e melhorar o perfil do seu balanço patrimonial.

Adicionalmente, a Companhia continua buscando negociações e oportunidades de monetização de ativos não estratégicos, com o objetivo de fortalecer seu balanço patrimonial e maximizar o valor aos seus stakeholders.

Elevar a governança corporativa ao mais alto nível do Brasil

Devido aos acontecimentos já comentados anteriormente e em função da pendência de aprovação do formulário 20-F de 2013 da PT SGPS pela SEC (Securities and Exchange Commission), a migração ao Novo Mercado não deverá ocorrer no curto prazo. Entretanto, a administração da Companhia está trabalhando junto ao seu Conselho de Administração em estruturas alternativas que produzam tanto quanto possível os mesmos efeitos do Novo Mercado aos seus acionistas e, paralelamente, continuará trabalhando firmemente para fazer a migração para o Novo Mercado o mais brevemente possível.

Participar no processo de consolidação buscando maximizar a geração de valor ao acionista.

Continuar o turnaround, melhorando o controle de COPEX (OPEX+CAPEX) e compromisso de redução de consumo de caixa

Em um de seus primeiros atos como presidente da Oi, Bayard reduziu o quadro de executivos da Companhia para tornar a estrutura mais eficiente e as tomadas de decisões mais ágeis. Entre as mudanças, foram unificadas as áreas comercial e de mercado sob um único diretor, assim como as diretorias dos segmentos Corporativo e Empresarial, que também foram integradas.

Como forma de reduzir o consumo de caixa, a Oi também definiu para 2015 uma meta de melhoria de seu fluxo de caixa operacional (EBITDA de rotina - CAPEX) entre R\$ 1,2 bilhão a 1,8 bilhão para suas operações no Brasil e já vem implementando iniciativas na direção da rentabilidade e produtividade do seu negócio, reduzindo custos operacionais e otimizando a alocação do capital.

Neste sentido, com o objetivo de garantir que os ganhos definidos serão capturados ao longo do ano, a Companhia definiu no seu orçamento para 2015 um plano que tem como principal alavanca a redução de custos. Nesse contexto foi criada uma diretoria responsável pelo acompanhamento, monitoramento e suporte à execução do Plano 2015 (Diretoria de Transformação). Neste momento já existem mais de duzentas e cinquenta iniciativas já mapeadas, com foco no aumento de produtividade e eficiência operacional. Este processo é apoiado por consultores externos especializados neste tipo de projeto, com ferramentas e metodologias focadas na execução das iniciativas e geração de caixa.

Melhorar o perfil do seu balanço patrimonial

A Companhia acredita que um movimento de consolidação é positivo para o setor de telecomunicações no Brasil, na medida em que propiciaria importantes sinergias e ganhos de escala, permitindo que os operadores remanescentes pudessem aumentar seus investimentos e assim acelerar a agenda digital no país, aumentando a penetração e a qualidade dos serviços, e trazendo claros benefícios para a economia, consumidores e para a sociedade em geral. Neste sentido, em 2014, a Oi contratou o Banco BTG Pactual S.A. para atuar como comissário mercantil, na forma

do artigo 693 do Código Civil, para, agindo em seu próprio nome e por conta e ordem da Companhia, desenvolver alternativas para viabilizar a consolidação do mercado de telecom no Brasil. Cabe destacar que, no entanto, não há até o momento qualquer decisão em relação a uma proposta formal para a consolidação.

6 - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

No dia 2 de outubro de 2013, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a Companhia, a Portugal Telecom, SGPS S.A. ("PT"), a AG Telecom Participações S.A. ("AG"), a LF Tel. S.A. ("LF"), a PASA Participações S.A. ("PASA"), a EDSPT75 Participações S.A. ("EDSP75"), a Bratel Brasil S.A. ("Bratel Brasil"), a Avistar, SGPS, S.A. ("BES") e a Nivalis Holding B.V. ("OnGoing") haviam celebrado memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regulariam as negociações para uma potencial operação envolvendo a PT, a Companhia e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia ("CorpCo") que reuniria os acionistas da Oi, da PT e da Telemar Participações S.A. ("TelPart") e combinaria as atividades e negócios desenvolvidos pelas referidas sociedades, no sentido de consolidar a aliança industrial entre a Companhia e a PT.

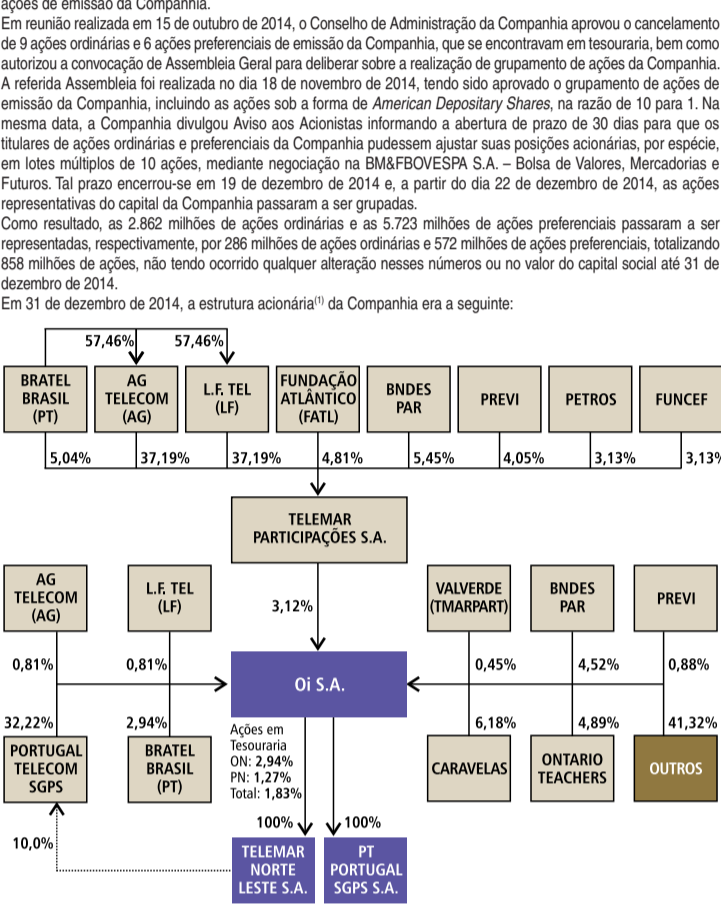
Em 19 de fevereiro de 2014, no seguimento do memorando celebrado em outubro de 2013, a Companhia e a PT celebraram os instrumentos contratuais definitivos que descrevem as etapas necessárias à implementação da referida operação. Nestes contratos definitivos, ficou estabelecido que a TelPart seria a sociedade que reuniria os acionistas da Companhia e da PT. Os diversos passos previstos para a operação encontram-se condicionados entre si, e estão mencionados sob o título "União das atividades da Oi S.A. e PT" na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

No âmbito da combinação de negócios, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de abril de 2014, aprovou aumento de capital dentro do limite do capital autorizado da Companhia, por meio de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais, incluindo após sob a forma de *Company Depository Shares*. No dia 5 de maio de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou novo aumento de capital em virtude de exercício de opção de compra de ações outorgada pela Companhia ao Banco BTG Pactual S.A. ("Lote Suplementar"). Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 21.431 milhões, dividido em 8.585 milhões de ações, das quais 2.862 milhões de ações eram ordinárias e 5.723 milhões eram preferenciais. Em 18 de junho de 2014, o Conselho de Administração aprovou novo aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 7,1 milhões, mediante a capitalização de reserva de lucros, para fins de incorporação ao capital social do valor do incentivo fiscal de reinvestimento relativo ao ano-calendário de 2008. Com isso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 21.438 milhões, tendo permanecido inalterado o número de ações de emissão da Companhia.

Em reunião realizada em 15 de outubro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 9 ações ordinárias e 6 ações preferenciais de emissão da Companhia, que se encontravam em tesouraria, bem como autorizou a convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a realização de grupamento de ações da Companhia. A referida Assembleia foi realizada no dia 18 de novembro de 2014, tendo sido aprovado o grupamento de ações de emissão da Companhia, incluindo as ações sob a forma de *Company Depository Shares*, na razão de 10 para 1. Na mesma data, a Companhia divulgou Aviso aos Acionistas informando a abertura de prazo de 30 dias para que os titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pudessem ajustar suas posições acionárias, por espécie, em lotes múltiplos de 10 ações, mediante negociação na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Tal prazo encerrou-se em 19 de dezembro de 2014 e, a partir do dia 22 de dezembro de 2014, as ações representativas do capital da Companhia passaram a ser grupadas.

Como resultado, as 2.862 milhões de ações ordinárias e as 5.723 milhões de ações preferenciais passaram a ser representadas, respectivamente, por 286 milhões de ações ordinárias e 572 milhões de ações preferenciais, totalizando 858 milhões de ações, não tendo ocorrido qualquer alteração nesses números ou no valor do capital social até 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, a estrutura acionária⁽¹⁾ da Companhia era a seguinte:



(1) Os percentuais de participação das empresas Bratel Brasil S.A., LF Tel S.A., AG Telecom Participações S.A., Fundação Atlântico – FATL, FUNCEF, PETROS, PREVI e BNDES Participações S.A. são os utilizados para fins de apuração de quorum para reuniões qualificadas nos termos de Acordo de Acionistas Geral da Telemar Participações S.A.

7 - DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia encerrou 2014 com 74,5 milhões de unidades geradoras de receita ("UGRs"), sendo 17.463 mil no segmento Residencial, 48.462 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 7.917 no segmento Corporativo / PMEs, além de 653 mil telefones públicos.

Residencial (Telefonia fixa, Banda larga e TV paga)

No segmento Residencial, a Companhia encerrou o ano de 2014 com 17.463 mil UGRs, das quais, 10.957 de linhas fixas,



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

10 - INVESTIMENTOS (*)

| R\$ Milhões | 2014 | 2013 |
|----------------------|--------------|--------------|
| Investimentos | | |
| Rede | 4.029 | 4.678 |
| Serviços de TI | 354 | 348 |
| Outros | 691 | 1.224 |
| Total | 5.074 | 6.250 |

(*) Considera somente os investimentos no Brasil
Os investimentos realizados ao longo de 2014 totalizaram R\$ 5.074 milhões, um decréscimo de 18,8% em relação ao ano de 2013, demonstrando a disciplina financeira que a Companhia vem perseguindo para a racionalização da aplicação de seus recursos, utilizando análises mais granulares, priorização de investimentos e novos modelos de contratação de fornecedores. No ano de 2014, a Companhia investiu 79,4% do montante total representando R\$ 4,0 bilhões distribuído principalmente na (i) melhoria da qualidade da rede móvel 3G, (ii) melhoria da rede fixa para o serviço de banda larga, (iii) otimização da plataforma do produto Oi TV, (iv) implantação e expansão da rede 4G, e (v) infraestrutura necessária para atendimento a Copa do Mundo.

• Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

A Oi, desde a sua criação, vem procurando se diferenciar e se manter na liderança do mercado nacional por meio de suas ações e atividades inovadoras.

Visando atingir seus objetivos de inovação, em 2014, por meio do Programa Inova, a Oi intensificou o processo de prospecção de serviços inovadores e desenvolveu atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, fomentando e ampliando seu ecossistema de inovação.

Os investimentos em Inovação e P&D nos projetos desenvolvidos em 2014 totalizaram aproximadamente R\$ 125 milhões em 53 projetos, sendo que 37 desses realizados em parceria com Institutos de Ciência e Tecnologia e empresas incubadas.

11 - MERCADO DE CAPITAIS E ESTRUTURA ACIONÁRIA

Ao final de 2014, o capital da Companhia era representado por 858 milhões de ações, sendo 286 milhões ações ordinárias e 572 milhões de ações preferenciais.

| | Ações do Capital Social | Em tesouraria | TmarPart | Acionistas TmarPart ⁽¹⁾ | PT SGPS | Outros |
|----------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Ordinárias | 286.155.319 | 8.425.068 | 29.054.978 | 20.222.585 | 104.580.393 | 123.872.295 |
| Preferenciais | 572.316.691 | 7.280.806 | 1.828.991 | 67.728.758 | 172.025.273 | 323.452.863 |
| Total | 858.472.010 | 15.705.874 | 30.883.969 | 87.951.343 | 276.605.666 | 447.325.158 |

(1) AG Telecom, Andrade Gutierrez, BNDÉS, Bratel, Funcef, La Fonte Telecom, LF TEL, Petros e Previ.

• Nossas Ações

Na BM&FBOVESPA, as ações da Oi encerraram o ano de 2014 cotadas a R\$ 9,15 para OIBR3 (ordinária) e a R\$ 8,61 para OIBR4 (preferencial), apresentando desempenho negativo em 2014 de 74,7% e 76,0%, respectivamente. O Ibovespa encerrou o mesmo período com queda de 2,9%.

Na bolsa de Nova York (NYSE), os ADRs da Companhia tiveram desvalorização de 79,6% para OIBR.C (ordinária) e 79,9% para OIBR (preferencial) em 2014.

A partir de 22 de dezembro de 2014, as ações ordinárias e preferenciais da Oi passaram a ser negociadas em bolsa exclusivamente grupadas, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de 222 ações de cada espécie foi agrupado em uma única ação da mesma espécie. O agrupamento de ações foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de novembro de 2014.

As ações de emissão da Companhia negociadas na NYSE na forma de ADRs também foram objeto do grupamento de ações, obedecendo à mesma proporção estipulada para o grupamento das ações no Brasil, de forma que os ADRs continuam sendo negociados na proporção de um ADR para cada ação.

• Relações com Investidores

A área de Relações com Investidores da Oi tem como missão desenvolver e executar adequada e consistente política de transparência e de divulgação de informações, além de cultivar estreito relacionamento com os analistas e investidores e ser o principal canal de comunicação da empresa com os agentes do mercado de capitais, nacional e internacional.

Entre as atividades realizadas pela área de RI estão reuniões com investidores nacionais e estrangeiros, encontros da Associação dos Analistas do Mercado de Capitais (APIMEC) e participação em conferências e roadshows no Brasil e no exterior, bem como congressos voltados aos profissionais de investimento e do mercado de capitais.

• Dividendos

Em setembro de 2013, foi aprovado no Conselho da Administração da Oi S.A. o pagamento de dividendos intermediários, referente ao exercício de 2013, no valor total de R\$ 500 milhões, equivalente ao montante de R\$ 0,304872909998 por ação ordinária e preferencial, à conta de reserva de lucro, imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013. O pagamento destes dividendos foi efetuado em 11 de outubro de 2013, portanto não havendo distribuição de dividendos em 2014.

12 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Oi vem mantendo e se aprimorando em seu processo evolutivo no que tange às práticas de Governança Corporativa. O sistema institucional no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas que interagem visando cumprir os objetivos sociais e assegurar a perenidade do negócio.

Parte deste processo foi a publicação em 2012 da Política de Transações com Partes Relacionadas e Situações Envolvendo Conflito de Interesses, que tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos para transações dessa natureza, preservando a transparência do processo, de modo que as decisões sejam tomadas no melhor interesse da Companhia, seus administradores e seus acionistas. Em dezembro de 2012 a Oi aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, corroborando o compromisso da Companhia com a transparência e reforçando o interesse na melhoria de suas práticas.

Além disso, também no exercício de 2012, houve a realização da simplificação da estrutura societária, resultando em fatores muito positivos, visando a agregar valor aos acionistas, reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros tomando a Companhia mais atraente para os investidores e com maior acesso ao mercado de capitais.

Ao longo do exercício de 2014 não houve alterações significativas nas estruturas de governança corporativa ou societária. Atualmente a principal estratégia relacionada à avanços no que diz respeito ao tema consiste na listagem das ações de emissão da Companhia no segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S/A, sendo a Governança Corporativa um dos pilares estratégicos da Companhia, que visa manter uma relação ainda mais transparente com seus stakeholders.

O gerenciamento de riscos, incluindo a estrutura de controles internos, são práticas da Companhia, consideradas fundamentais para atingir seus objetivos. Continuamente aprimorado, o Modelo de Gestão de Riscos da Oi, desenvolvido até o nível de processos, segue as boas práticas de mercado, como a Norma Brasileira de Gestão de Riscos (ABNT – NBR ISO 31000), o Internal Control – Integrated Framework, do Coso (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), e o Cobit (Control Objectives for Information and Related Technology).

Em 2014 a Oi fortaleceu o modelo de gestão de riscos com a manutenção do funcionamento do Comitê de Continuidade de Negócios implementado em 2012, com atuação estruturada em conformidade com a norma ABNT – NBR ISO 15.999, com objetivo de mitigar possíveis riscos com impactos não só em suas operações, mas principalmente na sociedade ou no meio ambiente.

A Oi manteve em 2014 seu compromisso com o desenvolvimento do país e com suas práticas de sustentabilidade. A Companhia permanece prestando serviços convergentes de telecomunicações, promovendo a inclusão digital e possibilitando o acesso à cidadania a milhões de brasileiros. As parcerias com o Governo como o programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) e o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) são parte destas ações de inclusão social.

Um dos principais avanços em 2014 nesse âmbito foi o alcance da meta estabelecida no PNBL. Em dezembro, a Oi concluiu a disponibilização do serviço nos 4.668 municípios onde atua, contribuindo para ampliar o acesso à banda larga, promover a inclusão digital e reduzir as desigualdades sociais e regionais no Brasil. Em relação ao PBLE, também definido pelo Ministério das Telecomunicações e pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) como contrapartida legal às operadoras de telefonia, a Oi já atende no fim de 2014 a mais de 50 mil escolas. O objetivo do PBLE é disponibilizar internet com velocidade de 2 MB em todas as escolas públicas indicadas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) até 2025.

No campo das operações, a Oi também facilita a conexão dos lugares mais remotos do País por meio dos telefones públicos (TUPs). Um projeto de inovação em andamento permitirá elevar o nível da qualidade do serviço oferecido nos orlhões, reduzir custos e otimizar toda a cadeia envolvida nesse sistema. A iniciativa conta com financiamento da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), obtido por meio do Programa Inova do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social). O novo TUP, ainda em versão protótipo, terá metade do tamanho do atual, será mais resistente às ações do tempo e ao vandalismo e incluirá serviços de banda larga Wi-Fi e videoconferência com redução dos custos por unidade em mais de 50%. O cartão telefônico também será modernizado, com tecnologia similar à da telefonia móvel, permitindo que ele seja recarregado pelo usuário, o que aumenta sua vida útil e reduz custos de fabricação e distribuição.

A Oi também foi responsável pela Copa do Mundo mais Conectada da História. Recorde na transmissão de dados, 100% de disponibilidade e reconhecimento público da qualidade dos serviços de telecom – esses são alguns dos resultados alcançados pela Oi como formadora e patrocinadora da Copa do Mundo da FIFA 2014™. O evento ficou conhecido mundialmente como a Copa do Mundo mais conectada da história, ao superar em apenas 10 dias o tráfego de dados do último mundial. Ao todo, passaram pela rede da Oi 74 terabytes, o equivalente a 80 milhões de fotos.

A atuação da Oi na área de responsabilidade social corporativa se dá por meio do Instituto Telemar ("Oi Futuro"), certificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Criado em 2001, o Oi Futuro desenvolve programas nas áreas de Cultura, Educação e Sustentabilidade, usando as tecnologias da informação e da comunicação para promover transformações sociais e estabelecer novos modelos de referência, inspirando a promoção de políticas públicas.

Na área de Cultura, atua em três Centros Culturais próprios, dois no Rio de Janeiro e um em Belo Horizonte, além de dois Museus das Telecomunicações. Adicionalmente gerencia o Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados. Em 2014, a Oi apoiou mais de 100 projetos, nas áreas de artes visuais, artes cênicas, música, tecnologia e artes integradas.

O Oi Futuro desenvolve programas e projetos em Educação com o objetivo de qualificar a formação profissionalizante de ensino médio no campo da economia criativa, e disseminar metodologias educacionais inovadoras, capazes de contribuir com as políticas educacionais no Brasil. Para isso, são mantidos os programas NAVE (Núcleo Avançado em Educação) e Oi Kabum! (Escola de Arte e Tecnologia) que se valem das tecnologias de comunicação e informação ao mesmo tempo como ferramenta e objeto dos seus processos formativos, preparando os jovens estudantes para novas profissões na área digital. Desenvolvido em duas escolas públicas estaduais, em parceria com as Secretarias de Educação do Rio de Janeiro (Colégio Estadual José Leite Lopes) e de Pernambuco (Escola Técnica Estadual Cícero Dias), o NAVE oferece ensino profissionalizante integrado ao ensino médio regular, com oferta de cursos técnicos nas áreas de programação de jogos digitais, roteiros para mídias digitais e multimídia, através de atividades de pesquisa, inovação e disseminação de metodologias e práticas. A Oi Kabum!, oferece a jovens de comunidades populares urbanas, estudantes ou egressos da rede pública de ensino do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Salvador, formação em cursos de design gráfico, computação gráfica, vídeo, fotografia e webdesign. Em 2014, estes programas beneficiaram mais de 1.800 jovens.

Na área de Sustentabilidade apoia, através do programa Oi Novos Brasis projetos socioambientais, que, desenvolvidos por organizações sociais, visam à melhoria da qualidade de vida, à promoção da diversidade, à acessibilidade e a inclusão social. Adicionalmente, apoia aos Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes, através do Fundo da Infância e do Adolescente e do Programa Oi de Patrocínio Esportivo Incentivado. Com essas iniciativas a Oi e o Oi Futuro atuam no fortalecimento das políticas públicas de garantia de direitos e socio-esportivas para populações em situação de vulnerabilidade, em especial, o público infanto-juvenil.

O website (<http://www.oifuturo.org.br>) traz mais informações acerca dos programas. As iniciativas descritas acima e o avanço do tema na estratégia da Companhia contribuíram para a sua permanência no Índice de Carbono Eficiente (CO2), iniciativa da BM&FBOVESPA, adotando o padrão do GHG Protocol para elaboração de seu Inventário de Gases de Efeito Estufa. Além disso, a Companhia faz parte, desde 2011, da plataforma empresarial Empresas pelo Cima, que visa auxiliar as empresas membros em suas estratégias de gestão e emissões de gases do efeito estufa ("GEE"), além de apresentar recomendações de políticas públicas para uma economia de baixo carbono no Brasil.

Em 2014, a Oi completou cinco anos de sua adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, comprometida permanentemente a adotar em suas práticas de negócios, os valores nos âmbitos de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Além disso, desde 2013 a Oi integra a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova York (DJSI), que reúne empresas com as melhores práticas de sustentabilidade em todo o mundo. O índice é revisado anualmente, com base em questionários respondidos pelas empresas, e em informações públicas disponíveis em relatórios anuais e websites de relações com investidores. São listadas 10% das empresas participantes com melhor performance em cada um dos setores avaliados. A Companhia divulga anualmente seu desempenho e práticas de responsabilidade socioambiental através de seu Relatório Anual de Sustentabilidade segundo os padrões internacional da Global Reporting Initiative (GRI). Pelo terceiro ano baseado na GRI, o relatório relativo ao ano de 2013 foi publicado em maio de 2014 e poderá ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.oi.com.br>). Em 2014, a Oi seguiu o mesmo padrão para seu Relatório de Sustentabilidade, cuja previsão de divulgação é abril de 2015.

13 - COLABORADORES

A Oi possui 18.295 colaboradores na atividade de telecomunicações, sendo 670 estagiários e 150 aprendizes técnicos. Do total de colaboradores, 65% são do sexo masculino e 35% do sexo feminino. Os cargos executivos são integrados por 74% de homens e 26% de mulheres.

A média de idade dos colaboradores é de 38 anos, com um tempo médio de empresa de 6 anos. A Oi está presente em 26 estados mais o Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 150 endereços. Adicionalmente, a Oi possui 17.258 colaboradores alocados em atividades de call center e, 7.243 alocados em atividades de implantação e manutenção de rede.

Por meio de programas especializados, forma-se uma equipe de primeira linha: 182 Pontos Focais de gestão, 7 Master Black Belts, 63 Black Belts, 427 Green Belts, 400 Yellow Belts, 941 White Belts, 311 líderes de projetos e 210 líderes de processo.

Como um desafio de criar e fortalecer uma Cultura Única, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos de negócio. Partindo da estratégia, o Modelo de Gestão confere clareza de objetivos e responsabilidades assim como disciplina e cadência à execução, com estímulo ao trabalho em Equipe e a colaboração entre as áreas, reforçando que estamos todos no mesmo barco.

A área de Gente da Companhia trabalha continuamente a adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional.

Para fundamentar o Ciclo de Desenvolvimento de Gente, a Oi trabalha com uma Gestão de Carreira cujas principais ferramentas são o processo de recrutamento interno, avaliação de desempenho e uma estratégia de desenvolvimento profissional que, além de orientar o autoconhecimento e desenvolvimento, permite que os Colaboradores estejam aptos a fazer um bom planejamento de sua carreira.

A Oi mantém programas estruturados em seus diferentes níveis funcionais, com vistas ao desenvolvimento e ao aprimoramento das competências de seus colaboradores.

A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo avançar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos-chave, por meio de práticas e ações educacionais que estruturam a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento dos seus colaboradores. Entre os programas voltados para todos os colaboradores, destacam-se Trilhas de Desenvolvimento de Competências Técnicas, treinamentos spots, desenvolvimento de liderança, e-learnings, treinamentos contratuais e treinamentos sob demanda. No ano de 2014 os treinamentos realizados totalizaram 270.345 horas.

O Programa Geração promove o desenvolvimento de jovens talentos envolvidos com seu crescimento profissional. Em 2014, o Programa Geração Estágio Técnico voltado para as Diretorias de Desenvolvimento e Engenharia da Rede, TI e Operações, teve 9.704 inscritos disputando 329 vagas. Para o Programa Geração Estágio Superior aproximadamente 14.847 candidatos se inscreveram e disputaram 350 vagas.

Para promover maior aproximação com algumas Instituições de Ensino, captar jovens profissionais e nos posicionar como marca empregadora, participamos de 6 Feiras universitárias em 3 Estados do Brasil. Além disso, realizamos Palestras no IME, ITA, UFRJ, PUC e CEFET e firmamos parceria com uma Escola Técnica no Rio de Janeiro.

Em 2014, foram oferecidas em torno de 12.216 horas de treinamento para o público do Programa Geração. No ano de 2014 fechamos 4.809 posições na Oi. O recrutamento interno é prioridade para a Companhia. 71% das vagas abertas para executivos foram preenchidas por candidatos internos, via assessment. No geral, 52% das vagas abertas no ano foram preenchidas por colaboradores, com exceção das vagas de Lojas e Força de Vendas, voltados principalmente para o público externo. Esse dado torna-se ainda mais expressivo quando comparamos com o número de pessoas que demonstraram interesse em trabalhar na Oi ao cadastrarmos seus currículos no sistema utilizado pela Empresa (Vagas.com): 889.383 pessoas expressaram candidaturas atualmente. Além disso, 122 estagiários foram efetivados no ano como colaboradores, média de 10 por mês. Por fim, 1.156 Colaboradores foram promovidos.

Pensando no bem-estar físico e emocional de seus colaboradores, a Oi no ano vigente lançou um programa para atendimento continuado intitulado Oi Vida em Dia, que promove uma série de iniciativas que visam à valorização, o cuidado e o reconhecimento do seu capital humano. São várias as iniciativas do programa tais como ginástica laboral, shiatsu, RPG, pilates de solo, drenagem linfática e orientação nutricional, programas para gestantes, programa para gestão de doenças crônicas entre outros. Na mesma linha, foi realizada no meio do ano a Campanha de Doação de Sangue em parceria com hemocentros de diversos estados brasileiros. A ação mobilizou cerca de 731 Colaboradores, resultando na doação de 419 bolsas de sangue coletadas. A campanha de vacinação Oi foi realizada entre abril e julho tendo vacinado 7.300 colaboradores nos 26 estados.

Entre as ações de segurança do trabalho, a Oi lançou um Programa Nacional para Redução de Acidentes e Trabalho Seguro, tendo como principais ações o treinamento de 1.200 colaboradores em Noções Básicas de Segurança do Trabalho. Trata-se de um treinamento introdutório, onde os Colaboradores podem conhecer os conceitos básicos de segurança no trabalho e prevenção de acidentes, 2.000 Colaboradores também realizaram o curso de "Direção Consciente e Preventiva", reforçando a necessidade de conscientização dos Colaboradores na utilização de veículos, seja no trabalho ou não. Já o curso de percepção de risco e planejamento seguro da tarefa, levando a metodologia dos 5P's (Pare, Pense, Planeje, Proteja e Prossiga) contou com 2.600 Colaboradores. Além disso, tivemos a participação de 2.500 colaboradores no curso de segurança para trabalhos com eletricidade em atendimento a ementa descrita pela NR-10 (norma regulamentadora 10), tornando-os autorizados para atuar em áreas com a presença do agente de risco eletricidade. O programa foi além do treinamento levando o conceito da prevenção para o campo. A ação de segurança da Oi realizou no ano corrente mais de 1.000 inspeções de campo e mais de 1.500 DSS (diálogo semanal de segurança) contando com a participação de 4.500 colaboradores. SIPAT Nacional (Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho) e campanhas de conscientização completam as principais ações do plano.

No ano de 2014, diversas campanhas internas movimentaram os Colaboradores da Oi. Além de patrocinadora da Copa do Mundo FIFA 2014, a Oi foi a prestadora oficial de serviços de Telecom e TI durante o evento. Assim, ao longo do primeiro semestre de 2014, um plano de mobilização foi implementado para motivar toda a Companhia em torno do projeto "Oi no Out". Além de ações direcionadas para o Time envolvido na prestação dos serviços, a campanha também buscou despertar o orgulho dos mais de 17 mil Colaboradores e seus familiares, por meio de ações de relacionamento, com vistas guiadas aos estádios. Um hotelse interno divulgou todas as notícias, um programa de voluntariado interno deu a oportunidade aos Colaboradores de outras áreas atuarem nos estádios e também foi realizada a venda facilitada de ingressos para os jogos. Ao final do campeonato, compartilhamos com todos os Colaboradores um vídeo com depoimentos, resultados e o reconhecimento que recebemos do comitê organizador do evento.

Para fomentar o espírito de equipe e motivar os Colaboradores na busca pela melhoria de indicadores operacionais, aprimorando a qualidade do serviço prestado ao Cliente, a campanha "Brisleiro da Qualidade" foi lançada em janeiro. Nela, cada Regional representava um time, com um escudo próprio, que competia em indicadores de performance, como instalação no prazo e tempo médio de reparo. A iniciativa atingiu mais de 5.500 Colaboradores da área de Operações das nove Regionais. Mensalmente, era realizada uma cerimônia para a entrega do troféu para o time campeão e, no fim do ano, aconteceu um evento para premiar a Regional campeã do Brasileiro da Qualidade.

A Semana Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho (SIPAT) de 2014 teve como tema conscientizar os Colaboradores sobre acidentes de trânsito, com base no Plano Nacional de Redução de Acidentes e Trabalho Seguro, lançado em abril de 2014. Devido à internalização da planta interna, realizada em 2013, houve uma programação especial, com palestras e atividades relacionadas ao tema, para os Colaboradores que atuam nas áreas de Transmissão, Comutação, Infraestrutura e Mobilidade, disseminando para este público a cultura de Segurança do Trabalho, através da percepção de riscos e o Programa 5 P's. Durante o mês de outubro, uma campanha interna lançou o Programa Oi Vida em Dia, que reúne um conjunto de benefícios em prol da saúde, do bem-estar e dos hábitos saudáveis dos Colaboradores. O objetivo da campanha foi o de informar ao público interno sobre os programas de prevenção, como o acompanhamento de Gestantes, benefícios para tratamento de doenças e incentivos para uma vida melhor. Peças de comunicação foram veiculadas para divulgar os principais programas individualmente, além da criação de cartilhas explicativas. No mesmo período, a Empresa comemorou o marco de 1 milhão de Clientes Oi TV com reconhecimento das equipes envolvidas no projeto e uma oferta diferenciada para Colaboradores.

Entre os meses de novembro e dezembro, a Oi incentivou seus Colaboradores a participarem da Campanha de Natal Solidário, uma tradição na Empresa. A parceria de sucesso com os Correios foi repetida nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal e resultou na entrega de mais de 2.100 presentes para crianças em situação de risco social, participantes da campanha "Papai Noel dos Correios".

14 - AUDITORIA EXTERNA

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Oi S.A. e suas controladas contrataram a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

A política da companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Oi se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Neste exercício, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 3.334 mil, que representam 31% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram relacionados à: (i) revisão fiscal contratada a partir de 19 de agosto de 2014; e (ii) revisão de conformidade de controles internos, processos e sistemas contratados a partir de 30 de julho de 2014.

Em cumprimento à Instrução CVM 381, a Oi informa que em 2014 a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio de Carta de Independência apresentada periodicamente à Companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Ativo Circulante | Nota | Controladora | | Consolidado | | Passivo e patrimônio líquido Circulante | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|--|------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | | | 2014 | 2013 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 354.084 | 442.016 | 2.449.206 | 2.424.830 | Salários, encargos sociais e benefícios Fornecedores | 16 | 203.686 | 198.107 | 744.439 | 650.982 |
| Aplicações financeiras | 8 | 24.437 | 31.113 | 171.415 | 492.510 | Empréstimos e financiamentos | 17 | 1.397.610 | 1.659.794 | 4.336.566 | 4.732.174 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 18 | 141.096 | 283.071 | 340.558 | 452.234 | Instrumentos financeiros derivativos | 18 | 1.901.051 | 2.288.654 | 4.463.728 | 4.158.708 |
| Créditos com partes relacionadas | 26 | 2.444.054 | | | | Tributos correntes a recolher | 10 | 444.106 | 309.532 | 523.951 | 409.851 |
| Contas a receber | 9 | 1.978.558 | 1.844.012 | 7.450.040 | 7.096.679 | Outros tributos | 11 | 71.877 | 67.424 | 477.282 | 432.317 |
| Estoques | 2 | 28.757 | 26.278 | 478.499 | 432.633 | Dividendos e juros sobre o capital próprio | 18 | 810.513 | 1.179.803 | 1.667.599 | 2.112.598 |
| Tributos correntes a recuperar | 10 | 219.681 | 73.115 | 1.097.189 | 907.140 | Outros tributos | 11 | 810.513 | 1.179.803 | 1.667.599 | 2.112.598 |
| Outros tributos | 11 | 247.507 | 569.079 | 1.054.255 | 1.474.408 | Programa de refinanciamento fiscal | 20 | 52.590 | 52.838 | 94.041 | 100.302 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 12 | 881.595 | 1.070.693 | 1.133.639 | 1.316.252 | Provisões | 21 | 637.244 | 770.294 | 1.058.521 | 1.223.526 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 26 | 854.231 | 673.508 | | | Provisões para fundos de pensão | 24 | 129.401 | 184.075 | 129.662 | 184.295 |
| Outros valores a receber | 28(d) | | 1.775.691 | | 1.775.691 | Passivos associados a ativos mantidos para venda | 28 | | | 27.178.221 | |
| Ativo relacionado aos fundos de pensão | 24 | 1.623 | 8.757 | 1.744 | 9.596 | Demais obrigações | 22 | 347.650 | 325.365 | 1.021.719 | 847.810 |
| Despesas antecipadas | | 27.040 | 29.042 | 301.181 | 399.062 | | | 6.217.257 | 7.256.054 | 42.556.832 | 15.540.457 |
| Ativos mantidos para venda | 28 | 2.821.322 | 24.508 | 33.926.592 | 242.040 | Não circulante | | | | | |
| Demais ativos | | 390.329 | 389.141 | 882.477 | 906.103 | Empréstimos e financiamentos | 17 | 22.740.381 | 21.522.772 | 31.385.667 | 31.694.918 |
| | | 10.413.904 | 7.240.024 | 49.286.795 | 17.929.178 | Instrumentos financeiros derivativos | 18 | 127.730 | 93.524 | 142.971 | 156.800 |
| Não circulante | | | | | | Outros tributos | 11 | 88.613 | 609.618 | 874.727 | 1.747.012 |
| Créditos com partes relacionadas | 26 | 707.802 | 228.269 | | | Outros tributos | 11 | 88.613 | 609.618 | 874.727 | 1.747.012 |
| Aplicações financeiras | 8 | 18.465 | 16.882 | 111.285 | 99.129 | Programa de refinanciamento fiscal | 20 | 467.327 | 517.063 | 896.189 | 1.020.002 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 18 | 2.114.364 | 1.073.000 | 2.880.923 | 1.620.945 | Provisões | 21 | 2.304.828 | 2.661.458 | 4.073.247 | 4.392.791 |
| Tributos diferidos a recuperar | | | | | | | | | | | |



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Atividades operacionais - operações continuadas | | | | |
| Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social | (57.915) | 1.470.916 | 1.128.073 | 2.012.169 |
| Itens de resultado que não afetam o caixa | | | | |
| Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias | 2.923.813 | 3.141.501 | 4.163.880 | 4.329.432 |
| Depreciação e amortização | 862.796 | 821.613 | 4.535.418 | 4.278.477 |
| Perdas sobre contas a receber | 94.170 | 138.195 | 649.463 | 849.779 |
| Provisões | 47.268 | 103.331 | 463.067 | 381.949 |
| Provisão para fundos de pensão | 6.795 | 10.068 | 6.897 | 10.325 |
| Equivalência patrimonial | (1.359.550) | (1.063.185) | 5.891 | 395.004 |
| Perda na baixa de ativo permanente | 6.042 | 32.802 | 16.277 | |
| Recicla na alienação de bens | | (485) | | (214.127) |
| Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL | 40.052 | 32.359 | 123.731 | 93.563 |
| Participação de empregados e administradores | 98.862 | (63.773) | 291.885 | (115.671) |
| Operações com instrumentos financeiros derivativos | (157.241) | (838.170) | (427.384) | (1.158.520) |
| Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas | (79.265) | (9.479) | | |
| Atualização monetária de provisões | 114.912 | 68.605 | 233.276 | 246.205 |
| Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal | 82.282 | 40.728 | 132.194 | 81.262 |
| Dividendos prescritos | (30.295) | (35.695) | (40.411) | (35.764) |
| Outros | 638.429 | 219.460 | 223.569 | 1.861.042 |
| | 3.233.155 | 4.078.591 | 11.060.698 | 13.022.915 |
| Mutações patrimoniais | | | | |
| Contas a receber | (221.696) | 174.525 | (1.057.184) | 556.009 |
| Estoques | (2.069) | (12.537) | (38.721) | (53.696) |
| Tributos | (508.670) | 397.760 | (790.262) | (594.144) |
| Aplicações financeiras mantidas para negociação | (1.410.206) | (1.106.605) | (4.754.150) | (6.230.243) |
| Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação | 1.431.506 | 1.937.794 | 5.021.859 | 8.203.246 |
| Despesas antecipadas | (163.648) | (229.489) | (1.481.557) | (1.954.059) |
| Fornecedores | (409.070) | 482.763 | (221.347) | (250.056) |
| Salários, encargos sociais e benefícios | (93.283) | 16.706 | (198.428) | (972) |
| Provisões | (313.098) | (398.337) | (775.583) | (934.309) |
| Provisão para fundos de pensão | (131.156) | (124.245) | (131.156) | (124.246) |
| Outras contas ativas e passivas | (1.904.532) | 603.549 | (1.581.866) | |
| | (1.742.825) | (766.197) | (3.822.980) | (2.964.066) |
| Encargos financeiros pagos | (1.763.351) | (1.528.287) | (2.852.682) | (2.448.391) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa | (8.969) | (11.156) | (432.999) | (314.221) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros | (77.308) | (68.108) | (322.513) | (325.931) |
| Dividendos recebidos | 412.518 | 873.645 | 23.263 | 65.006 |
| | (1.437.110) | (733.906) | (3.584.931) | (3.033.537) |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais - Operações continuadas | 53.220 | 2.578.488 | 3.652.787 | 10.035.312 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais - Operações descontinuadas | | | 1.877.782 | |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 53.220 | 2.578.488 | 5.530.569 | 10.035.312 |
| Atividades de Investimentos - Operações continuadas | | | | |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível | (928.240) | (1.860.546) | (5.370.351) | (5.976.488) |
| Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberações | (5.128.661) | (345.785) | | |
| Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimentos | 2.416.762 | 130.837 | | |
| Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível | 1.779.026 | 485 | 4.453.611 | 4.127 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | (1.230.418) | (1.275.664) | (1.860.987) | (1.693.945) |
| Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais | 542.834 | 666.483 | 722.836 | 958.529 |
| Aumento de capital em controladas | (3.849.423) | | | |
| Fluxo de caixa decorrente de perda de controle de controladas | | | 1.087.904 | (50.732) |
| Aquisição de investimento na PT Portugal em 5 de maio de 2014 | | | (730.572) | |
| Caixa e equivalentes transferidos para ativos mantidos para venda | | | 8.091 | (11.796) |
| Aumento/Redução de investimentos permanentes | 28.067 | 240.572 | | |
| | (6.370.033) | (2.443.618) | (1.489.468) | (6.770.305) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos - Operações descontinuadas | | | (2.813.437) | |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | (6.370.033) | (2.443.618) | (4.302.905) | (6.770.305) |
| Atividades de financiamentos - Operações continuadas | | | | |
| Captações líquidas de custos | 2.488.430 | 3.004.858 | 2.665.098 | 3.434.762 |
| Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos | (3.445.032) | (2.362.576) | (5.053.939) | (5.367.958) |
| Autorizações e concessões | | (49.426) | (204.779) | (710.968) |
| Programa de refinanciamento fiscal | (628.349) | (53.610) | (870.215) | (174.455) |
| Aumento de capital | 8.230.606 | | 8.230.606 | |
| Prêmio de emissão e custos associados | (403.375) | | (403.375) | |
| Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio | (8.395) | (1.278.091) | (5.172) | (1.280.162) |
| | 6.233.885 | (738.845) | 4.358.224 | (2.298.781) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos - Operações descontinuadas | | | (5.532.725) | |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | 6.233.885 | (738.845) | (1.174.501) | (2.298.781) |
| Varição cambial sobre equivalentes de caixa | (5.004) | 2.007 | (28.787) | 50.443 |
| Fluxo de caixa do exercício | (87.932) | (601.968) | 24.376 | (1.983.331) |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| Saldo inicial | 354.084 | 442.016 | 2.449.200 | 2.428.830 |
| Saldo final | 442.016 | 1.043.984 | 2.424.830 | 440.161 |
| Varição no exercício | (87.932) | (601.968) | 24.376 | (1.983.331) |

DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Transações não caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------|-------------|---------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível) | 107.151 | (350.838) | (122.072) | 637.884 |
| Cessão de dívida da Companhia quitada com dividendos a receber "intercompany" | | 844.255 | | |
| Compensação de depósitos judiciais contra provisões | 338.762 | 403.920 | 405.329 | 495.259 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Operações continuadas | | | | |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | (4.407.711) | 1.493.015 | (4.406.421) | 1.493.015 |
| Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge" | 128.982 | (119.229) | 122.791 | (139.334) |
| Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge" reflexa | (6.191) | (20.105) | | |
| Ganho (Perda) atuarial | 58.885 | 113.972 | 59.998 | 114.896 |
| Ganho (Perda) atuarial reflexa | 1.113 | 924 | | |
| Varição cambial sobre investimento no exterior | 230.692 | | 464.981 | |
| Varição cambial sobre investimento no exterior reflexa | 110.853 | | | |
| Resultado abrangente - Operações continuadas | (3.883.377) | 1.468.577 | (3.758.651) | 1.468.577 |
| Operações descontinuadas | | | | |
| Resultado abrangente de operações descontinuadas | (387.677) | | (387.677) | |
| Total do resultado abrangente do exercício | (4.271.054) | 1.468.577 | (4.146.328) | 1.468.577 |
| Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador | (4.271.054) | 1.468.577 | (4.271.054) | 1.468.577 |
| Resultado abrangente atribuído ao acionista não controlador | | | 124.726 | |
| Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. | | | | |
| As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |
| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Receitas | | | | |
| Vendas de serviços e mercadorias | 13.748.891 | 13.810.668 | 45.357.481 | 45.252.584 |
| Descontos incondicionais e devoluções | (5.087.999) | (4.534.717) | (8.203.473) | (7.291.814) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (94.170) | (179.295) | (649.463) | (922.779) |
| Outras receitas | 1.166.862 | 2.343.154 | 4.349.667 | 3.565.329 |
| | 9.733.584 | 11.498.810 | 40.854.212 | 40.603.320 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Custos com interconexão | (1.151.464) | (1.555.349) | (2.689.815) | (3.965.623) |
| Materiais e energia | (204.080) | (207.282) | (1.032.922) | (892.830) |
| Custos de mercadorias vendidas | | | (834.606) | (585.566) |
| Serviços de terceiros | (2.236.160) | (2.256.427) | (9.368.482) | (9.540.361) |
| Outros | (74.468) | (64.930) | (933.314) | (906.911) |
| | (3.666.172) | (4.083.988) | (14.859.139) | (15.891.381) |
| Valor adicionado bruto | 6.067.412 | 7.355.822 | 25.995.073 | 24.711.939 |
| Retenções | | | | |
| Depreciação e amortização | (862.796) | (821.613) | (4.535.418) | (4.278.477) |
| Provisões (Inclui atualização monetária) | (515.802) | (357.320) | (1.012.590) | (903.054) |
| Resultado de operações descontinuadas | (4.414.539) | | (4.414.539) | |
| Outras despesas | (202.688) | (160.073) | (486.772) | (378.737) |
| | (5.997.825) | (1.339.006) | (10.449.319) | (5.560.268) |
| Valor adicionado líquido produzido pela Companhia | 69.587 | 6.016.816 | 15.545.754 | 19.151.671 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Equivalência patrimonial | 1.359.550 | 1.063.185 | (5.881) | (17.750) |
| Receitas financeiras | 840.628 | 543.404 | 1.344.767 | 1.375.217 |
| | 2.200.178 | 1.606.589 | 1.338.886 | 1.357.467 |
| Valor adicionado total a distribuir | 2.269.765 | 7.623.405 | 16.884.640 | 20.509.138 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Pessoal | | | | |
| Remuneração direta | (462.635) | (411.533) | (1.890.798) | (1.606.504) |
| Benefícios | (82.996) | (65.798) | (435.655) | (404.991) |
| FGTS | (26.683) | (39.667) | (135.915) | (142.216) |
| Outros | (12.841) | (11.277) | (77.467) | (68.661) |
| | (585.155) | (549.273) | (2.539.835) | (2.222.372) |
| Impostos e taxas | | | | |
| Federais | (251.149) | (373.430) | (2.677.587) | (2.235.938) |
| Estaduais | (1.701.716) | (1.963.448) | (7.083.455) | (7.951.660) |
| Municipais | (20.822) | (11.093) | (153.296) | (89.368) |
| | (1.973.687) | (2.347.971) | (9.914.338) | (10.276.966) |
| Remuneração de capital de terceiros | | | | |
| Juros e demais encargos financeiros | (3.626.993) | (2.808.004) | (5.717.367) | (4.397.101) |
| Aluguéis, arrendamentos e seguros | (491.641) | (425.140) | (3.119.521) | (2.119.684) |
| | (4.118.634) | (3.233.144) | (8.836.888) | (6.516.785) |
| Remuneração de capitais próprios | | | | |
| Participações de acionistas não controladores | | | (1.290) | |
| Lucros (Prejuízos) retidos | 4.407.711 | (1.493.015) | 4.407.711 | (1.493.015) |
| | 4.407.711 | (1.493.015) | 4.406.421 | (1.493.015) |
| Valor adicionado distribuído | (2.269.765) | (7.623.405) | (16.884.640) | (20.509.138) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. ("Oi" ou "Oi S.A.") é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 - 2ª andar. A Companhia ainda possui: (i) através da controlada integral Telemar Norte Leste S.A. ("TMNLT") a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDM - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada TMNLT junto à ANATEL, vão até 31 de dezembro de 2025. Esses contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme preceitos pelo órgão regulador.

As vigências dos contratos de autorizações se encontram divulgadas na Nota 15.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - "Securities and Exchange Commission" dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADSs - "American Depositary Receipts" na NYSE - "New York Stock Exchange".

Em 18 de novembro de 2014, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferências de emissão da Companhia, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie foi grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. As ações de emissão da Companhia negociadas na NYSE em forma de ADSs também foram objeto do grupamento de ações, obedecendo à mesma proporção estipulada para o grupamento das ações no Brasil, de forma que os ADSs continuaram sendo negociados na proporção de um ADS para cada ação.

Em maio de 2014, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("PT SGPS" ou "PT"), foi aprovado o aumento de capital da Companhia mediante integralização pela PT da totalidade das ações da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal").

A PT Portugal e sua controladas operam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimídia, em Portugal e em outros países da África e da Ásia.

Em Portugal, a prestação do serviço de telefonia fixa é efetuada pela MEO - Serviços de Comunicações e Multimídia ("MEO"), anteriormente denominada de PT Comunicações, S.A., que presta serviços de telefonia fixa por assinatura, através das plataformas de IPTV, FTTN e DTH, serviços de internet a clientes residenciais e a pequenas e médias empresas e serviços de transmissão de dados e de internet a grandes clientes.

Serviços de telefonia móvel, através do sistema global de comunicações móveis ("GSM"), UMTS - "Universal Mobile Telecommunications System" e LTE - "Long Term Evolution".

Na África, o Grupo presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel Holding BV ("Africatel"). O Grupo presta serviços na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias "Mobile Telecommunications Limited" ("MTC"), LTM - Listas Telefônicas de Moçambique ("LTM"), Cabo Verde Telecom e CST - Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL ("CST"). Adicionalmente, o Grupo tem uma participação de 25% na Unitel, a qual presta serviços de telecomunicações em Angola.

Na Ásia, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

Conforme mencionado na Nota 28, os acionistas da Companhia aprovaram os termos e condições gerais para a alienação da integralidade das ações da PT Portugal e da Allice Portugal S.A. ("Allice PT"),



A Companhia é sócia de "joint ventures" e parcerias que poderão não ser bem sucedidas ou expor a Companhia a custos futuros.

A Companhia é sócia de "joint ventures" e parcerias em África e na Ásia. Os acordos de parceria poderão não ter os resultados previstos por diversos motivos, inclusive devido à avaliação incorreta nas necessidades ou da capacidade da Companhia ou à estabilidade financeira dos seus parceiros estratégicos. A participação da Companhia em eventuais prejuízos ou compromissos para contribuir com capital adicional nessas parcerias poderá ter um efeito negativo relevante sobre os resultados e a situação financeira da Companhia.

A nossa capacidade para trabalhar com esses parceiros ou desenvolver novos produtos e soluções poderá ser restringida, prejudicando a nossa competitividade nos mercados onde atuam tais "joint ventures" e parcerias. A Companhia poderá se envolver em disputas com os seus parceiros e ter dificuldades para chegar a um acordo que esta considere ser benéfico para tais "joint ventures" e parcerias. Adicionalmente, as "joint ventures" e as parcerias em países africanos e asiáticos são, habitualmente, regidas pelas leis desses países e os nossos parceiros costumam ser participantes estabelecidos nesses mercados e poderão ter mais influência sobre essas economias que a Companhia. Caso a Companhia sinta dificuldades com os seus parceiros, poderá igualmente ter dificuldades para proteger os seus investimentos nesses países.

Qualquer um desses fatores poderá fazer com que essas "joint ventures" e parcerias deixem de ser rentáveis e resultar na perda de e ou da totalidade dos respectivos investimentos da Companhia.

O acionista minoritário da Africatel afirmou que a combinação de negócios desencadeou o direito de obrigar a Companhia a adquirir ações de emissão da Africatel sob o acordo de acionistas. Se a Companhia for obrigada a comprar esta participação na Africatel, terá de utilizar recursos que poderiam ser utilizados de outra forma, no intuito de reduzir o endividamento ou fazer investimentos no seu plano de negócios. Se tal aquisição for financiada através da assunção de dívida adicional da Companhia, haverá um efeito negativo relevante sobre a alavancagem consolidada da Companhia.

A Companhia detém indiretamente 75% do capital da Africatel. A Samba Luxco S.A., uma afiliada da Heilios Investors LLP, detém os 25% restantes. A Africatel detém a participação da Companhia em empresas de telecomunicações na África subsariana, incluindo a sua participação na Unitel, na Cabo Verde Telecom, S.A. em Cabo Verde, na MTC – Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, e na Companhia Santomense de Telecomunicações S.A.R.L. em São Tomé e Príncipe, entre outras. As partes do acordo de acionistas da Africatel são a PT SGPS, as controladas Africatel GmbH & Co. KG, ou Africatel GmbH, e PT Ventures, e a Samba Luxco.

No dia 16 de setembro de 2014, a controlada Africatel GmbH, controladora direta da Africatel, recebeu uma carta da Samba Luxco, por meio da qual a esta afirma que a aquisição da PT Portugal pela Oi é considerada uma mudança de controle da PT SGPS nos termos do acordo de acionistas que essa mudança lhe dá o direito de exercer a opção de venda das ações previsto nesse acordo pelo valor patrimonial de mercado das ações por ela detidas na Africatel. Nessa correspondência, a Samba Luxco alega estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exige que a Africatel GmbH adquira as suas ações da Africatel.

Em resposta, no dia 26 de setembro de 2014, a Africatel GmbH afirmou à Samba Luxco que, pelos termos do acordo de acionistas da Africatel, não teria ocorrido qualquer ato ou fato que desse lugar ao exercício da opção de venda e que pretende contestar o alegado exercício dessa opção por parte da Samba Luxco. Na mesma data, a Companhia divulgou Fato Relevante sobre as pretensões da Samba Luxco, o entendimento de que não caberia o exercício da opção de venda e que o seu Conselho de Administração teria autorizado a administração a tomar as medidas necessárias para a alienação das participações da Companhia na Africatel.

No dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio noticiou a Africatel GmbH que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretenso direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015. A Companhia pretende defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo.

As participações de acionistas da Companhia em empresas de telecomunicações na África subsariana do exercício do alegado direito de venda, nos termos do acordo de acionistas da Africatel, a aquisição dessa participação irá reduzir os recursos da Companhia para reduzir a dívida em aberto ou a realização e outras oportunidades de investimento. Caso tal aquisição seja financiada através da assunção de dívida adicional, a alavancagem consolidada da Companhia poderia aumentar consideravelmente e haverá um efeito negativo relevante sobre a sua situação financeira e os seus resultados.

Incorporação da TNL PCS S.A. ("TNL PCS") na Oi Móvel

Em fevereiro de 2014 a TNL PCS (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela Oi Móvel (operadora de telefonia móvel da Região II). Como resultado da incorporação, a Oi Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel da Companhia no Brasil.

A incorporação foi realizada com base nos valores contábeis históricos das entidades envolvidas tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum.

As participações de acionistas da Companhia, estão demonstradas abaixo:

Empresas relacionadas às operações continuadas

| Empresa | Atividade | País sede | Direta 2014 | Indireta 2014 | Direta 2013 | Indireta 2013 |
|---------|-----------|-----------|-------------|---------------|-------------|---------------|
|---------|-----------|-----------|-------------|---------------|-------------|---------------|

| | | | | | | |
|---|--|---------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Oi Móvel S.A. | Telefonia móvel – Região II | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BT Multimídia") | Tráfego de dados | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| BT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BT Card") | Serviços financeiros | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Brasil Telecom Call Center S.A. ("BT Call Center") | Serviços de centros de atendimento e telemarketing | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| BT Serviços de Internet S.A. ("BTIT") | Holding | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Oi Internet S.A. ("Oi Internet") | Internet | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Oi Paraguay Multimedia Comunicaciones SRL | Tráfego de dados | Paraguai | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Rio Alto Gestão de Créditos e Participações S.A. ("Rio Alto") | Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades | Brasil | 50% | 50% | 100% | 100% |
| Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5") | Investimentos em propriedades | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Telemar Norte Leste S.A. | Telefonia Fixa – Região I | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| TNL PCS S.A. (i) | Telefonia Móvel – Regiões I e III | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Paggo Empreendimentos S.A. | de crédito | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Paggo Acquires gestão de Meios de Pagamentos Ltda. | Sistemas de pagamentos e de crédito | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora") | Sistemas de pagamentos e de crédito | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Oi Serviços Financeiros S.A. ("Oi Serviços Financeiros") | Serviços financeiros | Brasil | 99,87% | 0,13% | 99,87% | 0,13% |
| Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4") | Investimentos em propriedades | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Telemar Internet Ltda. ("Telemar Internet") | Internet | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. SEREDE – Serviços de Fidei S.A. | Compra e venda de imóveis | Brasil | 100% | 100% | 0,01% | 99,99% |
| SEREDE – Serviços de Fidei S.A. | Serviços de rede | Brasil | 0,01% | 99,99% | 0,01% | 99,99% |
| Portner Networks S.A. ("Portner") | Internet Wifi | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| VEX Wifi Tec Espanha S.L. | Internet Wifi | Espanha | 100% | 100% | 100% | 100% |
| VEX Venezuela C.A. | Internet Wifi | Venezuela | 100% | 100% | 100% | 100% |
| VEX Wifi S.A. | Internet Wifi | Uruguai | 100% | 100% | 100% | 100% |
| VEX Ukraine LLC | Internet Wifi | Ucrânia | 90% | 90% | 100% | 100% |
| VEX USA Inc. | Internet Wifi | Estados Unidos da América | 100% | 100% | 100% | 100% |
| VEX Bolivia SRL | Internet Wifi | Bolívia | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Portner Networks S.A. – SUC Argentina | Internet Wifi | Argentina | 100% | 100% | 100% | 100% |
| VEX Wifi Canadá Ltd. | Internet Wifi | Canadá | 100% | 100% | 100% | 100% |
| VEX Chile Networks Serv Tec Ltda. | Internet Wifi | Chile | 100% | 100% | 100% | 100% |
| VEX Colombia Ltda. | Internet Wifi | Colômbia | 100% | 100% | 100% | 100% |
| VEX Paraguay S.C | Internet Wifi | Paraguai | 99,99% | 100% | 99,99% | 100% |
| VEX Peru S.A. | Internet Wifi | Peru | 100% | 100% | 100% | 100% |
| VEX Portugal S.A. | Internet Wifi | Portugal | 98,58% | 100% | 98,58% | 100% |
| VEX Panamá S.A. | Internet Wifi | Panamá | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Oi Brasil Holdings Cooperate UA ("Oi Holanda") | Sistemas de pagamentos e de crédito | Holanda | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Up4 Torres S.A. | Investimentos em propriedades | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Carypooceae Participações S.A. | Investimentos em propriedades | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Byrophylla SP Participações S.A. | Investimentos em propriedades | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |

Empresas relacionadas às operações descontinuadas

| Empresa | Atividade | País Sede | Direta 2014 | Indireta 2014 | Direta 2013 | Indireta 2013 |
|--|--|------------|-------------|---------------|-------------|---------------|
| PT Portugal, SGPS, S.A. | Gestão de participações sociais | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Directel - Listas Telefónicas Internacionais, Ltda. ("Directel") | Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais | Portugal | 75% | 75% | 75% | 75% |
| Janela Digital - Informativo e Telecomunicações, Ltda | Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários | Portugal | 50% | 50% | 50% | 50% |
| Openidea - Tecnologias de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. | Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Portugal Telecom Data Center, S.A. | Prestação de serviços e fornecimento de produtos na área de sistemas e tecnologias de informação, incluindo processamento de dados, domicílio de informação e aspectos relacionados. | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Pay, S.A. | Prestação de serviços de pagamento | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Portugal Telecom Inovação e Sistemas, S.A. ("PT Inovação e Sistemas") | Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão de Infraestrutura de comunicações ACE Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. | Prestação de serviços postais | Portugal | 51% | 51% | 51% | 51% |
| PT Centro Corporativo, S.A. | Gestão de fundos de pensões | Portugal | 82% | 82% | 82% | 82% |
| MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia ("MEO") (anteriormente denominada PT Comunicações, S.A.) | Prestação de serviços de consultoria a empresas do setor | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Contact - Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact") | Estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas de telecomunicações, prestação de serviço público de telecomunicações e do serviço de televisão e telecomunicações móveis | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Contact - Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact") | Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Imóvelária, S.A. | Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Investimentos S.A. ("PT I") | Serviços de consultoria e gestão de negócios, elaboração de projetos e estudos económicos e gestão de investimentos | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis") | Gestão de participações sociais | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Participações, SGPS, S.A. | Gestão de participações sociais | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Prestações-Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. ("PT Prestações") | Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Pro-Serviços Administrativos e de Gestão Patrimoniais, S.A. | Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão patrimonial | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Sales - Serviços de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. ("PT Sales") | Prestação de serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Ventures, SGPS, S.A. | Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos internacionais | Portugal | 75% | 75% | 75% | 75% |
| PT Cloud e Data Centers, S.A. ("PT IS") | Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |
| TPT - Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. ("TPT") | Prestação de serviços de telecomunicações | Portugal | 76% | 76% | 76% | 76% |
| Carigans Finance S.A. R.L. | Gestão de investimentos | Luxemburgo | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Brasil | Gestão de investimentos | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda. | Desenvolvimento de atividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| PT Multimídia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil") | Gestão de investimentos | Brasil | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Cabo Verde Móvel, S.A. | Exploração do serviço de telecomunicações móveis | Cabo Verde | 30% | 30% | 30% | 30% |
| Cabo Verde Multimídia, S.A. | Exploração de serviços de multimídia | Cabo Verde | 30% | 30% | 30% | 30% |
| Cabo Verde Telecom, S.A. R.L. | Exploração de serviços de telecomunicações | Cabo Verde | 30% | 30% | 30% | 30% |
| Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. | Gestão de "call" e de "contact center" | Cabo Verde | 100% | 100% | 100% | 100% |
| CST - Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. R.L. | Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe | São Tomé | 38% | 38% | 38% | 38% |
| Directel Cabo Verde - Serviços de Comunicação, Ltda. | Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins em Cabo Verde | Cabo Verde | 57% | 57% | 57% | 57% |

| Empresa | Atividade | País Sede | Direta 2014 | Indireta 2014 | Direta 2013 | Indireta 2013 |
|--|--|------------|-------------|---------------|-------------|---------------|
| Directel Uganda – Telephone Directories, Limited | Publicação de listas telefónicas | Uganda | 75% | 75% | 75% | 75% |
| Ela - Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Ltda. | Publicação de listas telefónicas | Angola | 41% | 41% | 41% | 41% |
| Openidea Marrocos, S.A. | Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação | Marrocos | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Openidea Angola, S.A. | Prestação de serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação | Angola | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Kenya Postel Directories, Ltd. | Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações | Quênia | 45% | 45% | 45% | 45% |
| LTM - Listas Telefónicas de Moçambique, Ltda. | Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações | Moçambique | 38% | 38% | 38% | 38% |
| Mobile Telecommunications Limited | Exploração do serviço móvel | Namíbia | 26% | 26% | 26% | 26% |
| TMM - Telecomunicações Móveis de Moçambique, S.A. | Exploração do serviço móvel | Moçambique | 98% | 98% | 98% | 98% |
| Africatel GmbH | Gestão de investimentos | Alemanha | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Africatel Holdings, BV | Gestão de investimentos | Holanda | 75% | 75% | 75% | 75% |
| CVTEL, BV | Gestão de investimentos | Holanda | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Portugal Telecom Internacional Finance BV ("PTIF") | Obtenção de fundos no mercado internacional | Holanda | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Timor Telecom, S.A. | Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor | Timor | 44% | 44% | 44% | 44% |
| PT BlueCip | Prestação de serviços de consultoria a empresas do grupo | Portugal | 100% | 100% | 100% | 100% |

(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2014, conforme Nota 1.
(ii) Em 29 de dezembro de 2013, esta empresa incorporou a anterior MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, que presta serviços de telefonia móvel em Portugal.
As participações em negócios em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

| Empresa | Atividade | País sede | Direta 2014 | Indireta 2014 | Direta 2013 | Indireta 2013 |
|---|--|-----------|-------------|---------------|-------------|---------------|
| Companhia AIX de Participações ("AIX") | Tráfego de dados | Brasil | 50% | 50% | 50% | 50% |
| Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções") | Financeira | Brasil | 50% | 50% | 50% | 50% |
| Ericsson Inovação, S.A. | Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis | Brasil | 49% | 49% | 49% | 49% |

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2013, não existindo diferenças significativas nas práticas contábeis seguidas pela PT Portugal com relação às adotadas pela Companhia.

A Companhia, com o objetivo de aprimorar as divulgações das Demonstrações Financeiras, realizou as seguintes alterações em suas demonstrações financeiras: (i) apresentação em uma única nota dos resultados por natureza; e (ii) apresentação das despesas com participação de empregados e administradores na rubrica de despesas com pessoal. De modo a assegurar a comparabilidade com o ano corrente foram efetuadas as reclassificações dos valores correspondentes de 2013.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – "International Financial Reporting Standards" emitidos pelo IASB – "International Accounting Standards Board" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

(b) Principais políticas contábeis

Críticos de consolidação das controladas pelo método integral
A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8).

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil e em Portugal e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa e operações de "hedge" de investimento líquido.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

As demonstrações financeiras das entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidas na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial";
- as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como "hedge" desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda de venda;
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Apresentação de informação por segmentos

As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Os resultados operacionais são analisados frequentemente sobre os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas.

Combinações de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo de liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é

Programa de fidelização de clientes ("Oi Pontos")
 A controladora Oi Móvel implementou um programa de fidelização de clientes ("Oi Pontos"), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, descontos em aparelhos, eventos disponíveis no "experiências Oi" e/ou transferir-los ao Programa Multiplos Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento em postos de combustíveis, entre outros.
 Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios em relação ao número total que se espera que seja resgatado.

Reconhecimento das despesas
 As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que completam a execução de exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.
Receitas e despesas financeiras
 As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido
 O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que o lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.
 Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que o lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais
 As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.
Resultado por ação
 O resultado básico é calculado por meio do resultado do exercício atenuado após acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado
 A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica caixa e equivalentes de caixa os saldos em contas correntes, em aplicações de curto prazo em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
 Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos
 Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber
 A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em fatores relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa
 A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, incluindo provisões para créditos de liquidação duvidosa em clientes inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida
 Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 14 e 15, respectivamente.
 As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração
 A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua recuperação.
 Os testes de recuperabilidade ("impairment") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida ("goodwill") a Companhia testa, no mínimo anualmente, eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2 (b).
 Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e custos em atraso, incluindo provisões e estimativas de despesas com processos judiciais, externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões
 A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 21. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas em processos judiciais.

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros
 Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao investimento na Unilef foram valorizados a valor justo de acordo com os ativos operacionais que serviram de base para valorização do aumento de capital da PT, conforme mencionado na Nota 1 (Riscos relacionados à participação detida na Unilef). As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderão ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidação dessas transações.
 Em decorrência da assinatura do contrato de venda das operações da PT Portugal, o referido investimento foi avaliado pelo preço de venda a valor justo com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas (Nota 2b). As premissas de apuração do valor justo do investimento na PT Portugal poderão sofrer ajustes usualmente adotados em operações similares.

Imposto de renda e contribuição social diferidos
 A Companhia reconhece e liquidará os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.
 A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável teórico, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados
 A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.
 Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas
 As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas podem ser relevantes para Companhia e são efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas Demonstrações Financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.
 IAS 27 - Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas - A atualização permite a utilização de método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, "joint ventures" e coligadas em suas demonstrações contábeis separadas. A revisão é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016, com aplicação retroativa. A Companhia avalia os impactos da alteração do IAS 27 e não identificou impactos no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.
 IFRS 9 - Instrumentos financeiros - substitui as orientações existentes na IAS 39 - "Financial Instruments: Recognition and Measurement" (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de "hedge". A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A referida norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.
 IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - exige que a entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle de bens ou serviços. A norma substitui a maior parte das orientações detalhadas sobre o reconhecimento de receita. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.
 Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que todos os novos pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|-------------|----------------|-------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativos | | | | |
| Equivalentes de caixa | Valor justo | 243.845 | 243.845 | 1.916.921 |
| Aplicações financeiras | Valor justo | 42.902 | 47.995 | 282.700 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Valor justo | 2.255.460 | 2.255.460 | 3.221.481 |
| Créditos com partes relacionadas | Custo amortizado | 3.151.856 | 3.151.856 | |
| Contas a receber (i) | Custo amortizado | 1.978.558 | 1.978.558 | 7.455.687 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber | Custo amortizado | 854.231 | 854.231 | |
| Ativos mantidos para venda | Valor Justo | 2.821.322 | 2.821.322 | 33.926.592 |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores (i) | Custo amortizado | 1.397.610 | 1.397.610 | 4.331.286 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (ii) | Custo amortizado | 16.036.198 | 15.779.521 | 28.072.519 |
| Debitures | Custo amortizado | 8.605.234 | 8.364.946 | 7.776.876 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Valor justo | 571.836 | 571.836 | 666.922 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | Custo amortizado | 181.477 | 181.477 | 185.138 |
| Autorizações e concessões a pagar (iii) | Custo amortizado | 40.052 | 40.052 | 1.361.940 |
| Programa de refinanciamento fiscal (iii) | Custo amortizado | 519.917 | 519.917 | 990.230 |
| Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii) | Custo amortizado | 408.978 | 408.978 | 408.978 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|-------------|----------------|-------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativos | | | | |
| Equivalentes de caixa | Valor justo | 418.699 | 418.699 | 2.118.646 |
| Aplicações financeiras | Valor justo | 47.995 | 47.995 | 591.639 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Valor justo | 1.356.071 | 1.356.071 | 2.073.179 |
| Créditos com partes relacionadas | Custo amortizado | 228.269 | 228.269 | |
| Contas a receber (i) | Custo amortizado | 1.844.012 | 1.844.012 | 7.096.679 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber | Custo amortizado | 673.508 | 673.508 | |
| Outros valores a receber | Custo amortizado | 1.775.691 | 1.775.691 | 1.775.691 |
| Ativo financeiro disponível para venda (iv) | Valor justo | | 914.216 | 914.216 |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores (i) | Custo amortizado | 1.659.794 | 1.659.794 | 4.732.174 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (ii) | Custo amortizado | 13.418.258 | 13.043.219 | 26.478.941 |
| Debitures | Custo amortizado | 10.393.168 | 10.396.157 | 9.303.058 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Valor justo | 403.056 | 403.056 | 566.651 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | Custo amortizado | 220.168 | 220.168 | 230.721 |
| Autorizações e concessões a pagar (iii) | Custo amortizado | | | 1.484.407 |
| Programa de refinanciamento fiscal (iii) | Custo amortizado | 569.901 | 569.901 | 1.120.304 |
| Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii) | Custo amortizado | 418.069 | 418.069 | 418.069 |

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um direito compensatório sobre a PT SGPS relativo a subscrição do aumento de capital de 5 de maio de 2014, mensurado R\$2.895 milhões (equivalente a 897 milhões de Euros) e possui uma obrigação de adquirir da PT SGPS ações da Oi, que serão mantidas em tesouraria por troca deste ativo compensatório no âmbito do contrato de permuta assinado em 8 de setembro de 2014, aprovado pela AGE da PT SGPS, pela CVM e sujeito à aprovação da AGE da Companhia marcada para 26 de março de 2015. Considerando que este ativo e passivo possuem o mesmo valor, são líquidos e com a mesma entidade e no mesmo momento, a Companhia apresentou-os de forma compensada.
 (i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.
 (ii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.
 (iii) As autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (obrigação de compra de participação acionária) não possuem mercado ativo, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.
 (iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia subscrito pela PT SGPS em ativos da PT Portugal, do montante registrado em 30 de abril de 2014, R\$ 570.990 foram reclassificados ao valor do investimento da PT Portugal e R\$ 263.028 foram reclassificados para ações em tesouraria, pois na sequência do aumento de capital da Companhia, a PT SGPS manteve apenas investimento na Oi.

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros
 A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.
(a) Instrumentos financeiros derivativos
 O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
(b) Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados ao valor justo
 Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.
 Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.
(c) Hierarquia do valor justo
 O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:
 Nível 1 — Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;
 Nível 2 — Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.
 Nível 3 — Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014.

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | Valor justo | Valor justo | Valor justo | Valor justo |
| Ativos | | | | |
| Equivalentes de caixa | Nível 2 | 243.845 | 418.699 | 1.916.921 |
| Aplicações financeiras | Nível 2 | 42.902 | 47.995 | 282.700 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Nível 2 | 2.255.460 | 1.356.071 | 3.221.481 |
| Ativo financeiro disponível para venda | Nível 1 | | | 914.216 |
| Ativos mantidos para venda (i) | Nível 1 | 4.284.416 | | 4.284.416 |
| Passivos | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | Nível 2 | 571.836 | 403.056 | 666.922 |

(j) Refere-se ao valor justo registrado relativo à Unilef, transferido para mantidos para venda conforme Nota 2b. O valor justo deste investimento na data de aquisição foi estimado com base na avaliação efetuada pelo Banco Santander (Brasil), o qual recorreu a diversas estimativas e pressupostos, incluindo projeções de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxos de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. Em 31 de dezembro de 2014, o valor justo deste investimento foi determinado com uma metodologia idêntica à adotada pelo Banco Santander (Brasil), onde foram atualizados os pressupostos e estimativas relevantes, bem como, foram considerados os eventos mencionados na Nota 1 ("Riscos relacionados à participação detida na Unilef"). Nesse contexto, a Companhia avalia que o valor justo da Unilef representa a melhor estimativa para a realização deste investimento.

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:
 • Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
 • Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
 • Empréstimos e financiamentos e valores a receber e a pagar com partes relacionadas: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
 • Autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária): todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

3.4. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.
 O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.
 As Políticas de "Hedge" e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, risco de liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.
 De acordo com a Política de "Hedge", os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contrar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria decide anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps" e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.
 Com a aprovação das Políticas, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Planejamento Executivo, Diretor de Desenvolvimento e Gestão de Novos Negócios, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.
 De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

3.4.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros
 Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior, semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil ("time deposits").
 O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 11,41% (2013 – 13,25%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.
Investimento líquido em controladas no exterior
 Os riscos relacionados com os investimentos da Companhia em moeda estrangeira surgem, substancialmente, em razão dos investimentos na controlada PT Portugal e suas subsidiárias. A Companhia não tem qualquer instrumento contratado para cobertura de risco associado aos investimentos líquidos em empresas estrangeiras, contudo, a Companhia contrata NDFs - "Non Deliverable Forward" para proteção parcial de dívidas em Euros de suas controladas no exterior.
Passivos financeiros
 A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 41,7% (2013 – 41,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada da Oi em moeda estrangeira 100,0% (2013 – 99,6%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "swap" cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Adicionalmente, ao final de dezembro de 2014, a Companhia possuía operações de derivativos contratadas no valor de € 950 milhões para proteção do risco cambial de uma parcela da dívida da PT nesta moeda. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item 3.2 (a) acima.
 Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativos financeiros | | | | |
| Equivalentes de caixa | 32.007 | 32.007 | 37.297 | 37.297 |
| Aplicações financeiras | 4.885 | 4.885 | 869 | 869 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2.254.133 | 2.254.133 | 1.349.991 | 1.349.991 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 7.630.336 | 7.630.336 | 6.753.088 | 6.753.088 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 338.193 | 338.193 | 231.166 | 231.166 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativos financeiros | | | | |
| Equivalentes de caixa | 224.806 | 224.806 | 369.292 | 369.292 |
| Aplicações financeiras | 86.807 | 86.807 | 30.334 | 30.334 |
| Ativo financeiro disponível para venda | | | 914.216 | 914.216 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 3.025.464 | 3.025.464 | 1.954.915 | 1.954.915 |
| Passivos financeiros | </ | | | |

| Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de "hedge" em outros resultados abrangentes | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|---------------|---------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Saldo em 2013 | (56.624) | (56.624) | 18.042 | 20.023 |
| Resultado dos "hedges" designados | (97) | (97) | (97) | (97) |
| Transferência da porção inelativa ao resultado | 4.505 | 3.070 | 4.505 | 3.070 |
| Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva | (7.633) | (7.820) | (7.633) | (7.820) |
| Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge" | 365 | | 365 | |
| "Hedge" reflexo de controlada | (41.442) | (41.442) | | |

(b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros
A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.
Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, desde janeiro de 2013, a TJLP se mantém estável em 5,0% a.a.

| Cenário provável | Cenários de taxas de juros | | | |
|------------------|----------------------------|----------|----------------|--------------|
| | Cenário possível | | Cenário remoto | |
| | USD LIBOR 6M | CDI | TJLP | USD LIBOR 6M |
| 11,57% | 5,00% | 0,36280% | 14,46% | 6,25% |
| | | 0,45350% | 17,36% | 7,50% |
| | | 0,54420% | | |

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para avaliar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

| Operação | Risco individual | | Cenário Provável | | Cenário Possível | | Cenário Remoto | |
|---|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------|----------------|------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Dívidas em CDI | Alta do CDI | 3.253.387 | 3.919.869 | 4.580.353 | 4.433.527 | | | |
| Derivativos (Posição Líquida - CDI) | Alta do CDI | 4.574.062 | 5.614.431 | 6.642.085 | 6.642.085 | | | |
| Dívidas em TJLP | Alta da TJLP | 1.380.926 | 1.550.066 | 1.681.962 | 1.681.962 | | | |
| Dívidas em US LIBOR | Alta da US LIBOR | 144.220 | 150.194 | 156.167 | 156.167 | | | |
| Derivativos (Posição Líquida - LIBOR) | Queda da US LIBOR | (103.482) | (108.081) | (112.679) | (112.679) | | | |
| Total vinculado a taxas de juros | | 9.249.113 | 11.126.479 | 12.947.888 | 12.947.888 | | | |

3.4.2. Risco de crédito
A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacional para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 99,49% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel. Os riscos de créditos associados a esses dividendos a receber da Unitel são detalhados na Nota 1 (Riscos relacionados à participação detida na Unitel).

3.4.3. Risco de liquidez
O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinanciar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

| Menos de um ano | Entre um e três anos | Controladora | | Acima de cinco anos | Total |
|-----------------|----------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------|------------|
| | | entre quatro e cinco anos | entre cinco e seis anos | | |
| 2015 | 2.748.610 | 6.915.701 | 9.629.806 | (971.900) | 18.322.217 |
| 2016 | 1.094.384 | 6.182.472 | 5.118.046 | | 12.394.902 |
| 2017 | 265.074 | | | | 265.074 |
| 2018 | 40.052 | | | | 40.052 |
| 2019 | | | | | |
| 2020 | | | | | |
| De 2021 a 2022 | 52.590 | 158.619 | 105.746 | 202.962 | 519.917 |
| De 2023 a 2025 | | | | | |
| Total | 519.917 | 990.230 | | | |

Em 31 de dezembro de 2014
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i) 2.748.610 6.915.701 9.629.806 (971.900) 18.322.217
Debêntures (ii) 1.094.384 6.182.472 5.118.046 8.179 12.394.902
Fornecedores (iii) 265.074 40.052 265.074 40.052
Autorizações e concessões (iii) 40.052 40.052
Programa de refinanciamento fiscal (iv) 52.590 158.619 105.746 202.962 519.917

| Menos de um ano | Entre um e três anos | Controladora | | Acima de cinco anos | Total |
|-----------------|----------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------|------------|
| | | entre quatro e cinco anos | entre cinco e seis anos | | |
| 2015 | 6.316.935 | 15.891.380 | 6.730.358 | 3.899.588 | 32.838.261 |
| 2016 | 1.094.384 | 6.206.427 | 5.165.382 | 8.179 | 12.474.372 |
| 2017 | 1.486.288 | | | | 1.486.288 |
| 2018 | 675.965 | 685.693 | 282 | | 1.361.940 |
| 2019 | | | | | |
| 2020 | | | | | |
| De 2021 a 2022 | 94.041 | 302.115 | 201.410 | 392.664 | 990.230 |
| De 2023 a 2025 | | | | | |
| Total | 519.917 | 990.230 | | | |

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

(i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;

(ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel no Brasil de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação;

(iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

(iv) Consiste no programa de parcelamento de tributos que foram aderidos aos programas de refinanciamento fiscal. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

| 2015 | Controladora | | Consolidado | |
|----------------|----------------|----------------|-------------|---------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| 2015 | 52.590 | 94.041 | 52.590 | 94.041 |
| 2016 | 52.873 | 100.705 | 52.873 | 100.705 |
| 2017 | 52.873 | 100.705 | 52.873 | 100.705 |
| 2018 | 52.873 | 100.705 | 52.873 | 100.705 |
| 2019 | 52.873 | 100.705 | 52.873 | 100.705 |
| 2020 | 52.873 | 100.705 | 52.873 | 100.705 |
| De 2021 a 2022 | 105.746 | 201.410 | 105.746 | 201.410 |
| De 2023 a 2025 | 97.216 | 191.254 | 97.216 | 191.254 |
| Total | 519.917 | 990.230 | | |

Gestão de capital
A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado. O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas. A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

| | |
|----------------------------------|-----------------|
| Dívida Bruta/EBITDA | entre 2x e 4,0x |
| Dívida Líquida/EBITDA | entre 1,4x e 3x |
| Índice de cobertura de juros (*) | maior que 1,75 |

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos
A ocorrência de eventos de inadimplimento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantidade disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção "Covenants".

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

| Recita bruta de vendas e/ou serviços | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Recita bruta de vendas e/ou serviços | 13.748.891 | 13.810.668 | 45.357.481 | 45.252.584 |
| Deduções da receita bruta | (4.071.790) | (6.927.298) | (17.110.382) | (16.830.437) |
| Tributos | (2.129.791) | (2.392.581) | (8.906.909) | (9.538.623) |
| Outras deduções | (5.087.999) | (4.534.717) | (8.203.473) | (7.291.814) |
| Recitas de vendas e/ou serviços | 6.531.101 | 6.883.370 | 28.247.099 | 28.422.147 |

5. RESULTADOS POR NATUREZA

| Recitas de vendas e/ou serviços | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Recitas (despesas) operacionais: | (1.151.464) | (1.555.349) | (2.689.815) | (3.965.623) |
| Interconexão | (667.824) | (635.600) | (2.829.307) | (2.534.222) |
| Serviços de terceiros | (1.507.380) | (1.438.002) | (6.258.606) | (6.119.733) |
| Serviço de manutenção da rede | (561.042) | (678.702) | (1.923.074) | (2.328.140) |
| Custo de aparelhos e outros | | | (730.444) | (515.377) |
| Publicidade e propaganda | (69.491) | (34.900) | (674.275) | (556.500) |
| Aluguéis e seguros | (491.641) | (425.140) | (3.119.521) | (2.119.684) |
| Provisões / Reversões | (400.890) | (288.715) | (779.314) | (656.849) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (94.170) | (179.295) | (649.463) | (922.779) |
| Tributos e outras receitas (despesas) (i) | 1.415.358 | 1.216.706 | (1.628.867) | (1.507.201) |
| Outras receitas operacionais, líquidas (ii) | 683.914 | 1.788.429 | 3.245.643 | 2.369.555 |
| Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização | (2.844.630) | (2.230.158) | (18.037.043) | (18.857.053) |
| Depreciação e amortização | (862.796) | (821.613) | (4.535.418) | (4.278.477) |
| Total das despesas operacionais | (3.707.426) | (3.051.771) | (22.572.461) | (23.135.530) |
| Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos | 2.823.675 | 3.831.599 | 5.674.636 | 5.286.617 |

Resultado financeiro:
Receitas financeiras 840.628 543.404 1.344.767 1.375.217
Despesas financeiras (3.722.218) (2.904.087) (5.891.332) (4.649.665)
Total do resultado financeiro **(2.881.590)** **(2.360.683)** **(4.546.565)** **(3.274.448)**

Lucro antes das tributações **(57.915)** **1.470.916** **1.128.073** **2.012.169**
Imposto de renda e contribuição social 64.743 22.099 (1.119.955) (519.154)
Lucro líquido das operações contínuas **6.828** **1.493.015** **8.118** **1.493.015**

Operações descontinuadas
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquido de impostos) (4.414.539) (4.414.539)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício **(4.407.711)** **1.493.015** **(4.406.421)** **1.493.015**
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores **(4.407.711)** **1.493.015** **(4.407.711)** **1.493.015**
Lucro atribuído aos acionistas não controladores 1.290

Despesas operacionais por função:
Despesas com vendas (2.860.665) (3.304.864) (15.229.602) (15.259.215)
Despesas com despesas operacionais (667.824) (635.600) (2.829.307) (2.534.222)
Despesas gerais e administrativas (1.507.380) (1.438.002) (6.258.606) (6.119.733)
Outras receitas operacionais 966.668 2.156.750 4.466.914 3.193.024
Outras despesas operacionais (613.893) (374.986) (2.440.710) (1.898.154)
Resultado de equivalência patrimonial 1.359.550 1.063.185 (5.881) (17.750)
Total das despesas operacionais **(3.707.426)** **(3.051.771)** **(22.572.461)** **(23.135.530)**

(i) Inclui receita de equivalência patrimonial de R\$ 1.359.550 na controladora (R\$ 1.063.185 em 2013) e despesa de R\$ 5.881 (R\$ 17.750 em 2013) no consolidado.
(ii) Em 2014, as receitas (despesas) incluem substancialmente: (i) R\$ 2.399 milhões, líquido de despesas de transação, relacionados a venda de 100% do capital social de duas subsidiárias, detentoras de torres de telecomunicações usadas na prestação de serviços de telefonia móvel; (ii) R\$ 355 milhões de reversão de provisão decorrentes da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos societários; (iii) reversão de R\$ 476 milhões da provisão em virtude da adesão ao REFFIS. Em 2013, as receitas (despesas) incluem substancialmente: (i) R\$ 201 milhões decorrentes de reversão de provisão registrada na sequência da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas; (ii) R\$ 330 milhões decorrentes da reversão de provisão para a participação dos empregados nos lucros; (iii) R\$ 173 milhões relacionados a venda de um imóvel; e (iv) R\$ 1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação, relacionados a venda da GlobeNet.

6. RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Receitas financeiras | 384.385 | 352.074 | 762.498 | 694.734 |
| Juros e variações monetárias sobre outros ativos | 168.907 | 67.746 | 354.526 | 278.598 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | | | 32.060 | 78.173 |
| Dividendos recebidos (i) | | | 32.444 | 69.626 |
| Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior | 4.928 | 1.652 | 32.444 | 69.626 |
| Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas | 154.920 | 83.559 | 1.066 | |
| Outras receitas | 127.488 | 38.373 | 162.173 | 254.086 |
| Total | 840.628 | 543.404 | 1.344.767 | 1.375.217 |

Despesas financeiras e outros encargos
a) Despesas com empréstimos e financiamentos
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros (789.961) (719.069) (1.979.414) (1.591.915)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros (1.109.302) (1.421.097) (1.464.510) (2.013.066)
Juros sobre debêntures (951.032) (857.738) (953.863) (860.400)
Operações de instrumentos financeiros derivativos 157.241 838.170 427.384 1.158.520

Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas (261.837) (271.264)
Sub-total: (2.954.891) (2.204.998) (3.970.403) (3.306.861)

b) Outros encargos
Juros e variações monetárias sobre outros passivos (264.697) (202.709) (811.791) (615.810)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários (188.200) (77.144) (385.824) (193.048)
Atualização monetária de provisões (114.912) (68.605) (233.276) (246.205)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal (82.282) (40.728) (132.194) (81.262)
Outras despesas (117.416) (83.903) (357.844) (206.479)
Sub-total: (767.327) (473.089) (1.920.929) (1.342.804)

Total **(3.722.218)** **(2.904.087)** **(5.891.332)** **(4.649.665)**
Resultado financeiro **(2.881.590)** **(2.360.683)** **(4.546.565)** **(3.274.448)**

(i) Em maio de 2014, a controlada TMAR recebeu dividendos da PT de € 10, por ação, perfazendo o montante de € 8.965 mil, os quais haviam sido atribuídos em 30 de abril de 2014.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO
Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:



| Controladas | Controladora | |
|--|--------------------------|-----------------------|
| | Equivalência patrimonial | Valor do investimento |
| | 2014 | |
| TMAR | 1.099.709 | 18.642.154 |
| Rio Alto | 93.013 | 269.445 |
| Oi Holanda | 76.922 | 140.570 |
| Oi Serviços Financeiros | 8.986 | 6.740 |
| BRT Venezuela | (603) | |
| Resultado não realizado com investidas | 15.808 | 101.614 |
| Operações em África (i) | 65.715 | |
| Total | 1.359.550 | 19.160.523 |

(i) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em África, classificadas como ativos mantidos para venda, do período de 5 de maio a 31 de dezembro de 2014.

| Controladas | Controladora | | | | | |
|-------------------------|---------------------------------------|-----------------------|---------------|---------------|-----------------|-----|
| | Equivalência patrimonial | Valor do investimento | | | | |
| | 2013 | | | | | |
| | Quantidade em milhares | Participação - % | | | | |
| | Ações | | | | | |
| | Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | | | | |
| | Ordinárias | Preferenciais | | | | |
| | Capital total | Capital votante | | | | |
| Controladas | Patrimônio líquido | Ordinárias | Preferenciais | Capital total | Capital votante | |
| TMAR | 18.999.604 | 736.710 | 154.032.213 | 189.400.783 | 100 | 100 |
| Rio Alto | 478.231 | 47.156 | 215.538.129 | 100 | 50 | 100 |
| Oi Holanda | 63.704 | (9.006) | 100 | 100 | 100 | 100 |
| BRT Venezuela | 20.739 | 166 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Oi Serviços Financeiros | 2.959 | 4.329 | 799 | 100 | 100 | 100 |

| Controladas | Controladora | | | | | |
|--|---------------------------------------|-----------------------|---------------|---------------|-----------------|--------|
| | Equivalência patrimonial | Valor do investimento | | | | |
| | 2013 | | | | | |
| | Quantidade em milhares | Participação - % | | | | |
| | Ações | | | | | |
| | Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | | | | |
| | Ordinárias | Preferenciais | | | | |
| | Capital total | Capital votante | | | | |
| Controladas | Patrimônio líquido | Ordinárias | Preferenciais | Capital total | Capital votante | |
| TMAR | 18.999.604 | 736.710 | 154.032.213 | 189.400.783 | 100 | 100 |
| BRT CS | | 223.284 | | | 50 | 100 |
| Rio Alto | | 21.362 | | | 100 | 100 |
| Oi Serviços Financeiros | | 4.329 | | | 100 | 100 |
| BRT Venezuela | | 166 | | | 100 | 100 |
| Oi Holanda | | (8.472) | | | 100 | 100 |
| Resultado não realizado com investidas | | 85.806 | | | 85.806 | 85.806 |
| Total | 1.063.185 | 19.411.927 | | | | |

Informações financeiras resumidas

| Controladas | 2014 | | |
|-------------------------------|------------|------------|------------|
| | Ativos | Passivos | Receitas |
| TMAR | 36.502.209 | 17.860.055 | 11.599.983 |
| Oi Serviços Financeiros | 63.239 | 56.499 | |
| Oi Holanda | 4.211.322 | 4.070.752 | |
| Rio Alto | 659.246 | 120.357 | |
| Operações em África (Nota 28) | 7.642.738 | 851.273 | 633.939 |

| Controladas | 2013 | | |
|-------------------------|------------|------------|------------|
| | Ativos | Passivos | Receitas |
| BRT Venezuela | 26.649 | 5.910 | 11.358 |
| TMAR | 36.968.904 | 17.969.300 | 12.686.440 |
| Oi Serviços Financeiros | 53.058 | 50.099 | |
| Oi Holanda | 3.653.460 | 3.589.756 | |
| Rio Alto | 530.882 | 52.651 | |

14. IMOBILIZADO

| Custo do imobilizado (valor bruto) | Controladora | | | | | | |
|--|--------------------|---------------------------|--|------------------|--------------------|---------------------|-------------------|
| | Obras em andamento | Equipamentos de automação | Equipamentos de transmissão e outros (1) | Infraestrutura | Prédios | Outros ativos | Total |
| Saldo em 01/01/2013 | 627.434 | 5.167.035 | 15.835.704 | 4.059.647 | 950.204 | 1.722.988 | 28.363.012 |
| Adições | 914.575 | 279 | 224.735 | 29.019 | 770 | 250.733 | 1.420.111 |
| Baixas | (14.135) | (1.732) | (47.908) | (38.126) | | (3.906) | (105.807) |
| Transferências | (693.770) | 29.654 | 480.403 | 122.972 | 8.355 | 52.746 | |
| Saldo em 2013 | 834.104 | 5.195.236 | 16.492.574 | 4.173.512 | 959.329 | 2.022.561 | 29.677.316 |
| Adições | 885.845 | 54.100 | 385 | 2.126 | | 942.456 | |
| Baixas | (1.782) | (28.887) | (32.368) | (5.861) | | (68.896) | |
| Transferências | (1.249.722) | 67.069 | 1.404.364 | (247.251) | 60.933 | (35.393) | |
| Transferências de ativos mantidos para venda | | | | 5.841 | 46.677 | 111 | 52.629 |
| Saldo em 2014 | 470.227 | 5.260.523 | 17.922.151 | 3.900.121 | 1.066.939 | 1.983.544 | 30.603.505 |
| Depreciação acumulada | (28.227) | (433.145) | (197.585) | (197.585) | (21.183) | (32.207) | (712.347) |
| Saldo em 01/01/2013 | (4.991.657) | (13.252.659) | (3.242.342) | (613.452) | (1.539.339) | (23.639.449) | |
| Despesas de depreciação | 1.684 | 34.166 | 36.615 | 740 | 73.205 | | |
| Baixas | (1.684) | (513) | 463 | (31) | 81 | | |
| Transferências | (5.018.200) | (13.652.151) | (3.402.849) | (634.666) | (1.570.725) | (24.278.591) | |
| Despesas de depreciação | (40.572) | (374.910) | (303.251) | (21.736) | (42.592) | (783.061) | |
| Baixas | 1.017 | 26.784 | 29.343 | 5.710 | 62.854 | | |
| Transferências | (31.579) | (967.109) | 916.217 | (61.505) | 143.976 | | |
| Transferências de ativos mantidos para venda | | | | (3.183) | (26.113) | (90) | (29.386) |
| Saldo em 2014 | (5.089.334) | (14.967.386) | (2.763.723) | (724.020) | (1.463.721) | (25.028.184) | |
| Imobilizado líquido | 334.870 | 37.227.849 | 14.728.851 | 3.226.531 | 1.493.218 | 1.019.375 | 4.675.131 |
| Saldo em 2013 | 834.104 | 177.036 | 2.840.423 | 770.663 | 324.663 | 451.836 | 5.398.725 |
| Saldo em 2014 | 470.227 | 171.189 | 2.954.765 | 1.136.398 | 322.919 | 519.823 | 5.575.321 |
| Taxa anual de depreciação (média) | | 11% | 10% | 8% | 8% | 12% | |

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

| Custo do imobilizado (valor bruto) | Consolidado | | | | | | |
|---|---------------------|---------------------------|--|--------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| | Obras em andamento | Equipamentos de automação | Equipamentos de transmissão e outros (1) | Infraestrutura | Prédios | Outros ativos | Total |
| Saldo em 01/01/2013 | 4.127.123 | 17.927.129 | 38.362.151 | 25.665.996 | 3.448.139 | 4.829.266 | 94.359.804 |
| Adições | 2.962.149 | 250.669 | 1.748.747 | 624.339 | 44.182 | 172.192 | 5.802.278 |
| Baixas | (395.610) | (1.834) | (483.638) | (268.723) | (12.504) | (65.411) | (1.227.720) |
| Transferências | (2.123.980) | 257.082 | 1.159.470 | 665.141 | (129.241) | 171.528 | |
| Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda | | | | (125.920) | (448.815) | | (574.735) |
| Saldo em 2013 | 4.569.682 | 18.433.046 | 40.786.730 | 26.560.833 | 2.901.761 | 5.107.575 | 98.359.627 |
| Aquisição de investimentos - PT Portugal | 452.844 | 6.004.681 | 4.537.199 | 16.357.177 | 2.957.154 | 9.693.740 | 40.002.795 |
| Adições | 3.029.820 | 63.899 | 1.000.298 | 308.985 | 92.788 | 271.954 | 4.767.744 |
| Baixas | (2.083) | (1.782) | (62.981) | (103.997) | (268) | (8.410) | (179.521) |
| Transferências | (4.944.777) | 317.773 | 6.045.939 | (1.711.939) | 537.675 | (368.441) | (123.770) |
| Variações cambiais | 20.468 | 288.829 | 255.552 | 785.557 | 148.022 | 469.466 | 1.967.894 |
| Transferências para ativos mantidos para venda | (468.545) | (6.338.824) | (4.900.950) | (17.171.247) | (2.995.379) | (10.373.620) | (42.248.565) |
| Saldo em 2014 | 2.657.409 | 18.767.622 | 47.661.787 | 25.025.369 | 3.641.753 | 4.792.264 | 102.546.204 |
| Depreciação acumulada | (15.867.104) | (28.888.749) | (20.526.497) | (2.258.125) | (3.716.231) | (71.256.706) | |
| Saldo em 01/01/2013 | (340.215) | (1.782.551) | (776.526) | (78.654) | (213.307) | (3.191.253) | |
| Despesas de depreciação | 1.684 | 289.858 | 157.705 | 6.640 | 25.182 | 481.669 | |
| Baixas | | | | | | | |
| Transferências | (2) | (570) | | (529) | 1.542 | (441) | |
| Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda | | | | 39.090 | 354.459 | | 393.549 |
| Saldo em 2013 | (16.205.637) | (30.382.012) | (21.106.757) | (1.974.138) | (3.904.797) | (73.573.341) | |
| Aquisição de investimentos - PT Portugal | (5.685.512) | (3.169.003) | (11.029.655) | (1.238.292) | (7.840.705) | (28.963.167) | |
| Despesas de depreciação (1) | (400.354) | (2.452.283) | (746.509) | (511.149) | (580.115) | (4.330.410) | |
| Baixas | 1.017 | 50.470 | 50.394 | 186 | 7.697 | 109.764 | |
| Transferências | (3.027) | (2.132.253) | 2.022.793 | 381.324 | (145.499) | 123.338 | |
| Variações cambiais | (275.108) | (1.618.115) | (534.544) | (63.973) | (833.646) | (1.435.586) | |
| Transferências para ativos mantidos para venda | 6.032.368 | 3.559.523 | 11.706.376 | 1.273.000 | 8.621.957 | 31.193.224 | |
| Saldo em 2014 | (16.536.253) | (34.693.873) | (19.637.902) | (1.773.042) | (4.235.108) | (76.876.178) | |
| Imobilizado líquido | 308.171 | 37.894.017 | 14.728.851 | 3.226.531 | 1.493.218 | 1.019.375 | 4.675.131 |
| Saldo em 2013 | 4.569.682 | 2.227.409 | 10.404.718 | 5.454.076 | 927.623 | 1.202.778 | 24.786.286 |
| Saldo em 2014 | 2.657.409 | 2.231.369 | 12.967.914 | 5.387.467 | 1.868.711 | 557.156 | 25.670.026 |
| Taxa anual de depreciação (média) | | 11% | 10% | 8% | 8% | 12% | |

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

(2) As movimentações do imobilizado ocorridas em 2014 incluem movimentações das operações continuadas e das operações descontinuadas. As despesas de depreciação incluem despesas relativas às operações continuadas no montante de R\$ 3.451.043, sendo o montante remanescente referente às operações descontinuadas.

Informações adicionais
De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.841.541 (2013 - R\$ 2.825.719), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de computação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 8.139.356 (2013 - R\$ 7.685.240).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.

15. INTANGÍVEL

| Custo do intangível (valor bruto) | Controladora | | | |
|-----------------------------------|------------------------|------------------------------------|--------------------|------------------|
| | Intangível em formação | Sistemas de processamento de dados | Outros | Total |
| Saldo em 01/01/2013 | 6.714 | 2.219.787 | 117.192 | 2.343.693 |
| Adições | 36.938 | 22.274 | 30.385 | 89.597 |
| Baixas | (15.427) | | | (15.427) |
| Transferências | (22.404) | 21.521 | 883 | |
| Saldo em 2013 | 5.821 | 2.263.582 | 148.460 | 2.417.863 |
| Adições | 56.726 | 12.966 | 69.692 | |
| Transferências | 60.703 | | (60.703) | |
| Saldo em 2014 | 123.250 | 2.263.582 | 100.723 | 2.487.555 |
| Amortização acumulada | (2.011.830) | (46.893) | (2.058.723) | |
| Saldo em 01/01/2013 | (98.584) | (10.682) | (109.266) | |
| Despesas de amortização | (2.110.414) | (57.575) | (2.167.989) | |
| Baixas | (65.162) | (14.573) | (79.735) | |
| Transferências | (2.175.576) | (72.148) | (2.247.724) | |
| Saldo em 2014 | 5.821 | 153.168 | 90.885 | 249.874 |
| Saldo em 2013 | 123.250 | 88.006 | 28.575 | 239.831 |
| Taxa anual de amortização (média) | | 20% | 20% | |

| Custo do intangível (valor bruto) | Consolidado | | | | | |
|-----------------------------------|------------------------|------------------------------------|-----------------------|----------------------|----------------|-------------------|
| | Intangível em formação | Sistemas de processamento de dados | Licenças regulatórias | Carteira de clientes | Outros | Total |
| Saldo em 01/01/2013 | 615.473 | 292.081 | 6.133.834 | 3.962.822 | 620.836 | 11.625.046 |
| Adições | 177.302 | 292.658 | 78.189 | | 263.945 | 812.094 |
| Baixas | (4.163) | | | | (2.217) | (6.380) |
| Transferências | (284.996) | 235.596 | | | 49.400 | |
| Saldo em 2013 | 615.473 | 184.387 | 6.657.925 | 4.041.011 | 931.964 | 12.430.760 |



| | Consolidado | | | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Trabalhista | Tributária | Cível | Total |
| Saldo em 01/01/2013 | 1.379.138 | 765.294 | 4.075.205 | 6.419.637 |
| Atualização monetária | 139.698 | 63.633 | 42.874 | 246.205 |
| Adições (Reversões) | (194.616) | 8.223 | 528.342 | 381.949 |
| Baixas por pagamentos / encerramentos | (421.946) | (196.778) | (812.750) | (1.431.474) |
| Saldo em 2013 | 1.142.274 | 640.372 | 3.833.671 | 5.616.317 |
| Aquisição de investimentos – PT Portugal | 7.471 | 86.198 | 48.040 | 141.709 |
| Atualização monetária | 147.825 | (29.680) | 115.131 | 233.276 |
| Adições (Reversões) (i) (ii) | 116.230 | 13.895 | 340.472 | 470.597 |
| Baixas por pagamentos / encerramentos | (250.830) | (82.593) | (848.190) | (1.181.613) |
| Variáveis cambiais | 5 | 69 | 36 | 110 |
| Passivos sobre ativos mantidos para venda | (7.951) | (95.640) | (45.037) | (148.628) |
| Saldo em 2014 | 1.155.024 | 532.621 | 3.444.123 | 5.131.768 |

(i) As movimentações de provisão ocorridas em 2014 incluem movimentações das operações continuadas e das operações descontinuadas. A adição de provisão (reversão) incluem despesas relativas às operações continuadas no montante de R\$ 463.087, sendo o montante remanescente referente às operações descontinuadas.

(ii) Em setembro de 2014, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos civis – sociedades relacionados aos contratos de participação financeira, incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão no montante de R\$ 354.869 na controladora e no consolidado, registrado em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas que incluem também R\$ 46.347 relacionados a outras despesas com provisão para contingências.

Em 2013, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão no montante de R\$ 163.474 na controladora e R\$ 315.648 no consolidado.

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Trabalhista

(i) Horas extras - referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;

(ii) Indenizações - referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;

(iii) Adicionais diversos - referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;

(iv) Estabilidade/Reintegração - refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;

(v) Complemento de aposentadoria - diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;

(vi) Diferenças salariais e reflexos - referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;

(vii) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;

(viii) Verbas rescisórias - referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;

(ix) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;

(x) Complemento de multa FGTS - decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da reconspicção das contas desse fundo por expurgos inflacionários.

A Companhia ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que foram pagos a esse título;

(xi) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, com subordinação direta;

(xii) Responsabilidade solidária/subsidiária - refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;

(xiii) Demais ações - refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

Tributária

(i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e ajuste de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias;

(ii) FUNTTEL - A provisão foi constituída com base na alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUNST pela Súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a ELD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente) e no potencial impacto na base de cálculo do FUNTTEL. A partir da avaliação dos assessores jurídicos contratados pela Companhia para patrocinarem os processos administrativos e judiciais em que matéria é discutida o sentido de que o risco de perda seria possível, a Administração promoveu a reversão dos saldos provisionados a este título.

(iii) ISS - A Companhia e a TMAP mantêm provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos;

(iv) ILL - A TMAP compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, em razão do mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização de valores creditados;

(v) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias;

(vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Cível

(i) Societário - Contratos de Participação Financeira - os contratos de participação financeira surgiram, registrados pelas portarias ministeriais nº 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integrando-a determinada quantidade que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demais ajustadas contra a antiga CRT - Companhia Riocentral de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, discutem a forma utilizada para realizar a distribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira. A Companhia provisiona o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas lesões jurídicas. Ao longo do exercício de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto, (iii) o valor médio das perdas históricas sofridas por cada tese. Além desses critérios, no exercício de 2013, por meio de vários julgados, o Judiciário reconheceu a prescrição ventriênica e, para as ações enquadradas nessa condição, a Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, entende que a possibilidade de perda é remota, portanto desnecessária a constituição de provisão.

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Companhia, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integração, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de cada ação em vigor, em conformidade com o balanço de 31 de dezembro de 2010, (iii) a quantidade de processos em aberto, (iv) o valor médio das perdas históricas sofridas por cada tese. Além desses critérios, no exercício de 2013, por meio de vários julgados, o Judiciário reconheceu a prescrição ventriênica e, para as ações enquadradas nessa condição, a Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, entende que a possibilidade de perda é remota, portanto desnecessária a constituição de provisão.

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2014, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Companhia.

(ii) Estimativas ANATEL - refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização de PGMQ - Plano Geral de Metas de Qualidade;

(iii) Multas ANATEL - refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's - Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ - Regulamento de Indicadores de Qualidade; e

(iv) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos;

(v) Demais ações - refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos proferiram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 1.082.677 (2013 - R\$ 877.287).

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

(i) ICMS - diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 7.554.421 (2013 - R\$ 5.865.591);

(ii) ISS - suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 2.588.849 (2013 - R\$ 2.078.234);

(iii) INSS - autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 995.994 (2013 - R\$ 1.002.090); e

(iv) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 9.919.745 (2013 - R\$ 9.049.991).

Garantias

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outros. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 1.146.745 (2013 - R\$ 1.037.903).

22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Recetas a apropriar | 632.669 | 625.689 | 2.388.086 | 2.387.336 |
| Adiantamento de clientes | 95.036 | 75.076 | 635.681 | 485.619 |
| Obrigação de compra de participação acionária | 408.978 | 418.069 | 408.978 | 418.069 |
| Valores a pagar de aval recebido de empresas ligadas | 636 | 157.482 | | |
| Consignação a favor de terceiros | 9.785 | 15.467 | 43.062 | 59.291 |
| Provisão para desmobilização de ativos | 5.839 | 5.611 | 14.835 | 14.256 |
| Valores a pagar - grupoamento de ações | | 10.064 | 46.229 | 8.881 |
| Outros | 183.132 | 7.812 | 46.229 | 7.812 |
| Total | 1.336.075 | 1.315.270 | 3.536.871 | 3.381.262 |
| Circulante | 347.650 | 325.365 | 1.021.719 | 847.810 |
| Não circulante | 988.425 | 989.905 | 2.515.152 | 2.533.452 |

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Aumento do capital social em função da combinação de negócios da Oi S.A. e PT

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 30 de abril de 2014 e 5 de maio de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 13.960 milhões (sendo R\$ 8.250 milhões em espécie e R\$ 5.710 milhões através de ativos da PT (Nota 1)), mediante a emissão e subscrição de 2.262.544.570 ações ordinárias e 4.525.089.141 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Aumento do capital social mediante capitalização de reservas

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 7.111, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de reserva de lucros, com o objetivo de incorporar ao capital social o valor do inventário fiscal de reinvestimento do ano calendário de 2008, devendo a matéria ser encaminhada oportunamente para a AGE da Companhia para deliberação sobre a alteração do art. 3º do Estatuto Social.

Grupoamento de ações

Em 18 de junho de 2014, foi aprovado o grupoamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie foi agrupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. As ações de emissão da Companhia negociadas na NYSE no formato de ADS também foram objeto do grupoamento de ações, obedecendo à mesma proporção estipulada para o grupoamento das ações no Brasil, de forma que os ADSs continuaram sendo negociados na proporção de um ADS para cada ação.

Como resultado do grupoamento, as 2.861.553.190 ações ordinárias e 5.723.166.910 ações preferenciais passaram a representar 286.155.319 ações ordinárias e 572.316.691 ações preferenciais, respectivamente.

Como consequência das alterações acima, o capital social subscrito e integralizado passou a ser composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

| | Quantidade (em milhares de ações) | | |
|-------------------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2014 | 05/05/2014 | 31/12/2013 |
| Capital total em ações | | | |
| Ações ordinárias | 286.155 | 2.861.553 | 599.009 |
| Ações preferenciais | 572.317 | 5.723.167 | 1.198.078 |
| Total | 858.472 | 8.584.720 | 1.797.087 |
| Ações em tesouraria | | | |
| Ações ordinárias | 8.425 | 84.251 | 84.251 |
| Ações preferenciais | 7.281 | 72.808 | 72.808 |
| Total | 15.706 | 157.059 | 157.059 |
| Ações em circulação | | | |
| Ações ordinárias | 277.730 | 2.777.302 | 514.758 |
| Ações preferenciais | 565.036 | 5.650.359 | 1.125.270 |
| Total em circulação | 842.766 | 8.427.661 | 1.640.028 |

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 34.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito. Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 31 de dezembro de 2014 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro semestre de 2012 e do segundo trimestre de 2014, a seguir descritos:

(i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, conseqüentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;

(ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria;

(iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes;

(iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração em 30 de abril e 5 de maio de 2014, e devido a subscrição efetuada pela PT em ativos da PT Portugal, o montante de R\$ 263.028 foi reclassificado contabilmente para ações em tesouraria (Nota 3.1 - item iv).

A posição das ações em tesouraria corresponde aos itens (i), (ii) e (iii) acima referidos, não considera o item (iv) por se tratar de reclassificação derivada de participação recíproca e, a seguir:

| | Ações | | | |
|----------------------------|----------------|----------------|-------------------|------------------|
| | Ordinárias (*) | Valor | preferenciais (*) | Valor |
| Saldo em 01/01/2013 | 84.251 | 880.378 | 72.808 | 1.224.146 |
| Saldo em 2013 | 84.251 | 880.378 | 72.808 | 1.224.146 |
| Grupoamento de ações | (75.826) | | (65.527) | |
| Saldo em 2014 | 8.425 | 880.378 | 7.281 | 1.224.146 |

(*) Quantidade em milhares de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)

| | 2014 | 2013 |
|-----------------|-------|-------|
| Médio ponderado | 13,40 | 13,40 |
| Mínimo | 3,79 | 3,79 |
| Máximo | 15,25 | 15,25 |

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

| | 2014 | | 2013 | |
|---|---------------|------------|---------------|------------|
| | Preferenciais | Ordinárias | Preferenciais | Ordinárias |
| Quantidade em milhares de ações em tesouraria | 7.281 | 8.425 | 72.808 | 84.251 |
| Cotação por ação na BOVESPA (R\$) | 8,61 | 9,15 | 3,59 | 3,61 |
| Valor de mercado | 62.689 | 77.089 | 261.381 | 304.146 |

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem a recompra.

| | Ações | |
|---|------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Saldo contábil das reservas de capital | 3.977.623 | 3.977.623 |
| Ações em tesouraria | (2.104.524) | (2.104.524) |
| Saldo, líquido das ações em tesouraria | 1.873.099 | 1.873.099 |

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ação na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação - acervo líquido: representa o acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária anteriores a 1991.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destina-se após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento da política de remuneração aos acionistas para os exercícios sociais de 2013 a 2016, divulgada por meio de Fato Relevante de 13 de agosto de 2013, ficando, portanto, sujeita apenas às disposições da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, e não possuem preferência no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 8% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros, sobre ações ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Em 25 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a capitalização do saldo da reserva de investimentos no valor total de R\$ 1.933.354, da seguinte forma: (i) R\$ 154 para o aumento do capital social e (ii) R\$ 1.933.200 para constituição de reservas de capital, sem emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia aprovou prejuízo no exercício no montante de R\$ 4.077.111. Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação de resultados da Companhia, sujeita à aprovação da AGE, da seguinte forma: (i) absorção da reserva legal no valor de R\$ 363.527 e o valor de R\$ 4.024.184 para prejuízos acumulados. Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

| | Ações | |
|--|--------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | (4.407.711) | 1.493.015 |
| % de dividendos obrigatórios | | x 25% |
| Dividendos mínimos obrigatórios | | 373.254 |
| Complemento relativo a distribuição de dividendos intermediários | | 126.746 |
| Total da remuneração dos acionistas | | 500.000 |

A Companhia não constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício de 2013 dado que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital excedeu 30% do capital social.

(f) Custo de emissões de ações

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações relacionados às transações societárias: (i) aumento do capital social, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a PT (Nota 1) e (ii) Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012. Esses custos diretamente atribuíveis aos eventos mencionados são representados basicamente por gastos com elaboração de prospectos e relatórios, serviços profissionais de terceiros, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro.

(g) Obrigações em instrumentos patrimoniais

Os termos do contrato de permuta celebrada com a PT SGPS, em 8 de setembro de 2014, já aprovados em AGE da PT SGPS, pela CVM e ainda sujeitas a aprovação da AGE da Oi, a Companhia assumiu a obrigação de adquirir pela PT SGPS as suas ações para liquidação do direito compensatório. Considerando a natureza do ativo a ser recebido pela Companhia na concretização da Permuta, a obrigação contratual foi registrada contra o patrimônio líquido (Nota 3.1).

(h) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem ganhos e perdas de contabilidade de "hedge", ganhos e perdas atuais, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em controladas no exterior, incluindo variações cambiais sobre empréstimos de mútuo que fazem parte do investimento líquido em controladas no exterior, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(i) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e o caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os mesmos.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia



| | Consolidado | | | |
|---|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| | 2014 | | | |
| | BrTPREV | TCSPREV | PBS-Telemar | TelemarPrev |
| MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 1.941.701 | 481.055 | 235.884 | 2.722.942 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 219.629 | 54.689 | 26.755 | 310.463 |
| Custo do serviço corrente | 230 | 797 | 121 | 3.589 |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | | | 52 | |
| Benefícios pagos líquidos | (167.661) | (36.569) | (18.507) | (216.057) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 29.950 | 2.461 | 3.528 | 61.073 |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 2.023.849 | 502.433 | 247.833 | 2.822.010 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.301.556 | 1.442.656 | 264.224 | 3.203.900 |
| Rendimentos dos ativos do plano | 151.143 | 168.446 | 30.117 | 367.360 |
| Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora | 123.304 | | | |
| Contribuições normais recebidas pelo plano | | | 129 | |
| Patrocinadora | | | 77 | |
| Participantes | | | 52 | |
| Pagamento de benefícios | (167.661) | (36.569) | (18.507) | (216.057) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 141.953 | (139.697) | (18.026) | (236.306) |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 1.550.295 | 1.434.836 | 257.937 | 3.118.897 |
| (=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido | 473.554 | (932.403) | (10.104) | (236.887) |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | | 884.907 | 10.104 | 236.887 |
| (=) Passivo(ATivo) atuarial líquido reconhecido | 473.554 | (47.496) | | |

| | Controladora | | | |
|---|------------------|------------------|--------------|-----------------|
| | 2013 | | | |
| | BrTPREV | TCSPREV | PBS-Telemar | TelemarPrev |
| MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 2.259.992 | 570.179 | 6.179 | 120.303 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 193.877 | 49.168 | 527 | 10.427 |
| Custo do serviço corrente | 649 | 1.713 | | 502 |
| Benefícios pagos líquidos | (160.566) | (35.494) | (532) | (6.976) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (353.765) | (105.865) | (685) | (19.737) |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 1.940.187 | 479.701 | 5.489 | 104.519 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.395.052 | 1.538.770 | 7.206 | 131.445 |
| Rendimentos dos ativos do plano | 121.585 | 135.267 | 618 | 11.418 |
| Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora | 116.803 | | | |
| Pagamento de benefícios | (160.566) | (35.494) | (532) | (6.976) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (172.333) | (199.948) | (1.144) | (8.365) |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 1.300.541 | 1.438.595 | 6.148 | 127.522 |
| (=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido | 639.646 | (958.894) | (659) | (23.003) |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | | 891.808 | 659 | 23.003 |
| (=) Passivo(ATivo) atuarial líquido reconhecido | 639.646 | (67.086) | | |

| | Consolidado | | | |
|---|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| | 2013 | | | |
| | BrTPREV | TCSPREV | PBS-Telemar | TelemarPrev |
| MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 2.262.524 | 571.785 | 277.397 | 3.266.856 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 194.093 | 49.310 | 23.839 | 282.499 |
| Custo do serviço corrente | 782 | 1.836 | 235 | 12.197 |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | | | 235 | |
| Benefícios pagos líquidos | (160.633) | (35.504) | (18.309) | (203.607) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (355.065) | (106.372) | (47.330) | (635.003) |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 1.941.701 | 481.055 | 235.884 | 2.722.942 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.396.614 | 1.543.104 | 323.480 | 3.256.899 |
| Rendimentos dos ativos do plano | 121.714 | 135.651 | 27.942 | 305.614 |
| Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora | 116.803 | | | |
| Contribuições normais recebidas pelo plano | | | 137 | |
| Patrocinadora | | | 85 | |
| Participantes | | | 52 | |
| Pagamento de benefícios | (160.633) | (35.504) | (18.309) | (203.607) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (172.442) | (200.595) | (69.026) | (425.066) |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 1.301.556 | 1.442.656 | 264.224 | 3.203.900 |
| (=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido | 640.145 | (961.601) | (28.340) | (480.958) |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | | 891.808 | 28.340 | 480.958 |
| (=) Passivo(ATivo) atuarial líquido reconhecido | 640.145 | (69.793) | | |

| | Controladora | | | |
|--|-----------------|----------------|-------------|-------------|
| | 2014 | | | |
| | BrTPREV | TCSPREV | PBS-Telemar | TelemarPrev |
| COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO | | | | |
| Custo do serviço corrente | 184 | 741 | | 223 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 219.460 | 54.530 | 617 | 11.949 |
| Rendimento dos ativos do plano | (151.032) | (167.967) | (695) | (14.670) |
| Juros sobre o passivo oneroso | | 105.501 | 78 | 2.721 |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | | | | (223) |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | 68.612 | (7.195) | | |
| Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes | (111.745) | 30.509 | | |
| Total da despesa (receita) reconhecida | (43.133) | 23.314 | | |

| | Consolidado | | | |
|--|-----------------|----------------|-------------|-------------|
| | 2014 | | | |
| | BrTPREV | TCSPREV | PBS-Telemar | TelemarPrev |
| COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO | | | | |
| Custo do serviço corrente | 230 | 797 | 121 | 3.589 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 219.629 | 54.689 | 26.755 | 310.463 |
| Rendimento dos ativos do plano | (151.143) | (168.446) | (30.117) | (367.360) |
| Juros sobre o passivo oneroso | | 105.501 | 3.353 | 56.897 |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | | | (112) | (3.589) |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | 68.716 | (7.459) | | |
| Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes | (112.003) | 29.756 | | |
| Total da despesa (receita) reconhecida | (43.287) | 22.297 | | |

| | Controladora | | | |
|--|------------------|----------------|-------------|-------------|
| | 2013 | | | |
| | BrTPREV | TCSPREV | PBS-Telemar | TelemarPrev |
| COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO | | | | |
| Custo do serviço corrente | 649 | 1.713 | | 502 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 193.877 | 49.168 | 527 | 10.427 |
| Rendimento dos ativos do plano | (121.585) | (135.266) | (618) | (11.417) |
| Juros sobre o passivo oneroso | | 76.507 | 91 | 990 |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | | | | (502) |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | 72.941 | (7.878) | | |
| Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes | (181.432) | 48.687 | | |
| Total da despesa (receita) reconhecida | (108.491) | 40.809 | | |

| | Consolidado | | | |
|--|------------------|----------------|-------------|-------------|
| | 2013 | | | |
| | BrTPREV | TCSPREV | PBS-Telemar | TelemarPrev |
| COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO | | | | |
| Custo do serviço corrente | 782 | 1.837 | 235 | 12.197 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 194.092 | 49.310 | 23.839 | 282.499 |
| Rendimento dos ativos do plano | (121.714) | (135.651) | (27.942) | (305.614) |
| Juros sobre o passivo oneroso | | 76.507 | 4.096 | 23.115 |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | | | (228) | (12.197) |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | 73.160 | (7.997) | | |
| Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes | (182.121) | 48.826 | | |
| Total da despesa (receita) reconhecida | (108.961) | 40.829 | | |

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela FATL, previstas para o exercício de 2015, são no montante de R\$ 129.378.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPrev, PBS-Telemar, BrTPREV e TCSPREV foram as seguintes:

| | 2014 | | | |
|--|------------|------------|-------------|---------------|
| | BrTPREV | TCSPREV | PBS-Telemar | TelemarPrev |
| PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS | | | | |
| Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial | 11,83% | 11,83% | 11,83% | 11,83% |
| Taxa estimada de inflação | 5,50% | 5,50% | 5,50% | 5,50% |
| Índice de aumento salarial nominal estimado | 7,08% | 6,45% | 5,5% | 6,56% a 8,24% |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios | 5,50% | 5,50% | 5,50% | 5,50% |
| Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano | 11,83% | 11,83% | 11,83% | 11,83% |
| Tábua biométrica de mortalidade geral | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez | Zimmermann | Zimmermann | Zimmermann | Zimmermann |
| Tábua biométrica de mortalidade de inválidos | Nichzugs | Nichzugs | Nichzugs | Nichzugs |
| Taxa de rotatividade | 7,3% | 8,2% | Nula | 0% a 12% |

| | 2013 | | | |
|--|------------|------------|-------------|--------------|
| | BrTPREV | TCSPREV | PBS-Telemar | TelemarPrev |
| PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS | | | | |
| Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial | 11,83% | 11,83% | 11,83% | 11,83% |
| Taxa estimada de inflação | 5,50% | 5,50% | 5,50% | 5,50% |
| Índice de aumento salarial nominal estimado | 7,93% | 7,93% | 7,93% | 5,5% a 10,9% |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios | 5,50% | 5,50% | 5,50% | 5,50% |
| Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano | 11,83% | 11,83% | 11,83% | 11,83% |
| Tábua biométrica de mortalidade geral | AT2000 | AT2000 | AT2000 | AT2000 |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez | Zimmermann | Zimmermann | Zimmermann | Zimmermann |
| Tábua biométrica de mortalidade de inválidos | Nichzugs | Nichzugs | Nichzugs | Nichzugs |
| Taxa de rotatividade | 6% | 6% | Nula | 0% a 14,5% |

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2014.

b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL são de 31 de agosto de 2014, projetados para 31 de dezembro de 2014.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC)

| | Controladora | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------|--------------|
| | PBS-A | | PAMEC | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS UTILIZADAS | | | | |
| Obrigações atuariais com benefícios concedidos | 820.774 | 789.342 | 2.981 | 3.417 |
| (=) Total do valor presente das obrigações atuariais | 820.774 | 789.342 | 2.981 | 3.417 |
| Valor justo dos ativos do plano | (1.584.655) | (1.481.593) | | |
| (=) Passivo(ATivo) atuarial líquido | (763.881) | (692.251) | 2.981 | 3.417 |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | | 596.047 | 535.141 | |
| (=) Passivo(ATivo) atuarial líquido reconhecido | (177.834) | (157.110) | 2.981 | 3.417 |
| Ativo atuarial líquido não reconhecido | 177.834 | 157.110 | | |
| (=) Passivo(ATivo) atuarial líquido reconhecido | | | 2.981 | 3.417 |

| | Consolidado | | | |
|--|--------------------|--------------|-----------------|----------------|
| | 2014 | | | |
| | PBS-A | PAMEC | PBS-TNCP | CELPREV |
| CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS UTILIZADAS | | | | |
| Obrigações atuariais com benefícios concedidos | 3.869.773 | 2.981 | 23.551 | |
| Obrigações atuariais com benefícios a conceder | | | 2.291 | 94 |
| (=) Total do valor presente das obrigações atuariais | 3.869.773 | 2.981 | 25.842 | 94 |
| Valor justo dos ativos do plano | (7.452.866) | | (48.794) | (2.367) |
| (=) Passivo(ATivo) atuarial líquido | (3.583.093) | 2.981 | (22.952) | (2.273) |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | 2.741.475 | | 22.952 | 2.273 |
| (=) Passivo(ATivo) atuarial líquido reconhecido | (841.618) | 2.981 | | |
| Ativo atuarial líquido não reconhecido | 841.618 | | | |

| | Consolidado | | | |
|--|--------------------|--------------|-----------------|----------------|
| | 2013 | | | |
| | PBS-A | PAMEC | PBS-TNCP | CELPREV |
| CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS UTILIZADAS | | | | |
| Obrigações atuariais com benefícios concedidos | 3.727.809 | 3.417 | 22.229 | |
| Obrigações atuariais com benefícios a conceder | | | 1.968 | 117 |
| (=) Total do valor presente das obrigações atuariais | 3.727.809 | 3.417 | 24.197 | 117 |
| Valor justo dos ativos do plano | (6.968.153) | | (45.312) | (1.668) |
| (=) Passivo(ATivo) atuarial líquido | (3.240.344) | 3.417 | (21.115) | (1.551) |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | 2.496.803 | | 21.115 | 1.551 |
| (=) Passivo(ATivo) atuarial líquido reconhecido | (743.541) | 3.417 | | |
| Ativo atuarial líquido não reconhecido | 743.541 | | | |

| | Controladora | | | |
|---|------------------|------------------|--------------|--------------|
| | PBS-A | | PAMEC | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 789.342 | 906.853 | 3.417 | 4.877 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 89.158 | 77.658 | 396 | 426 |
| Benefícios pagos líquidos | (75.440) | (80.980) | (110) | (253) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 17.714 | (114.189) | (722) | (1.633) |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 820.774 | 789.342 | 2.981 | 3.417 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.481.593 | 1.428.362 | | |
| Rendimento esperado no ano | 171.051 | 124.021 | | |
| Contribuições normais recebidas pelo plano - patrocinadora | | | 110 | 253 |
| | | | | |



Linhas de créditos
As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, ondo o prazo de vencimento pode ser repadualizado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2013 – 115%) do CDI.

Aluguel de infraestrutura de transmissão
As transações realizadas com a TMAR e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.
As transações realizadas com a Telemar Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias
A Companhia é avalista das controladas TMAR e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 71.919 (2013 – R\$ 74.079). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 367 (2013 – R\$ 425).

Transações com partes relacionadas não consolidadas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------|-------------|--------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Contas a receber e outros ativos | | | | |
| PT Portugal | | 1.179 | 1.586.372 | 19.237 |
| Unitel (i) | | 917 | | 10.272 |
| Multitel (ii) | | | 1.375.162 | 1.855 |
| PT-ACS | | | 24.282 | |
| Fundação PT | | | 15.114 | |
| Sportinvest Multimídia (iii) | | | 7.387 | |
| Siresp | | | 105.492 | |
| Fibroglobal (iv) | | | 40 | |
| Yunit (v) | | | 48.134 | |
| Contax | | | 7.454 | |
| TUDO | | 262 | 3.307 | 6.540 |
| TODO | | | | 570 |

(i) Esta rubrica inclui dividendos a receber pela PT Ventures da referida subsidiária, no montante de R\$ 1.260 milhões e contas a receber relativas a serviços prestados no montante de R\$ 52,5 milhões.
(ii) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 3,0 milhões.
(iii) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 105,3 milhões.
(iv) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 44,4 milhões.
(v) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 7,2 milhões.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------|-------------|--------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Contas a pagar e outros passivos | | | | |
| PT Portugal | 1.807 | 7.195 | 61.603 | 57.626 |
| Unitel | | 130 | | 2.006 |
| Multitel | | | 1.484 | |
| PT-ACS | | | 2.197 | |
| Fundação PT | | | 599 | |
| Sportinvest Multimídia | | | 2 | |
| Fibroglobal | | | 9.564 | |
| Yunit | | | 669 | |
| Contax | | | 41.832 | 27.625 |
| TODO | 1.578 | 5.053 | 5.587 | 19.692 |
| Ability | | | 7 | |
| PT Inovação e Sistemas | | | 1.697 | 7.384 |
| Veotex | | | 313 | 919 |
| TODO | | | 345 | |
| Ability | | | | 919 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|-------|-------------|--------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Recita | | | | |
| Recita dos serviços prestados | 738 | 2.419 | 34.596 | 42.727 |
| PT Portugal | | 1.615 | | 11.348 |
| Unitel | | | 2.816 | 1.116 |
| Contax | | | 30.754 | 27.383 |
| TODO | 738 | 789 | 1.026 | 2.169 |
| Ability | | | | 711 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------|----------|-------------|----------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Custos/Despesas | | | | |
| Custos e despesas operacionais | (18.436) | (18.493) | (57.278) | (77.652) |
| PT Portugal | | (223) | | (2.268) |
| PT Inovação e Sistemas | | | | (6.559) |
| PT Cloud e Data | | | | (375) |
| PT Comunicações | | | | (892) |
| Unitel | | | (8.204) | |
| Multitel | | | (339) | |
| PT-ACS | | | (3.887) | |
| Sportinvest Multimídia | | | (669) | |
| Fibroglobal | | | (10.974) | |
| Veotex | (1.914) | (1.933) | (10.221) | (9.642) |
| TODO | (16.522) | (16.337) | (22.984) | (31.742) |
| Ability | | | | (24.174) |

Serviços prestados pela Contax
A Companhia e as controladas TMAR e Oi Móvel contratam serviços de "call center" e de cobrança da Contax que é controlada por acionistas que fazem parte do bloco de controle da Companhia. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos do telefone móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 66.249 (2013 – R\$ 70.086) na controladora e de R\$ 1.610.923 (2013 – R\$ 1.602.170) no consolidado.

Contratos de financiamentos com o BNDES
Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 5,099% (2013 - 13,05%) do capital votante da TmarPart, empresa "holding" do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.007 milhões (2013 – R\$ 860 milhões), na controladora e R\$ 5.872 milhões (2013 – R\$ 5.916 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 71 milhões (2013 – R\$ 125 milhões) na controladora e R\$ 476 milhões (2013 – R\$ 464 milhões) no consolidado.

Remuneração do pessoal chave da Administração
A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 25.409 (2013 - R\$ 14.991) na controladora e R\$ 25.565 (2013 - R\$ 15.147) no consolidado.

27. SEGUROS
Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos, segundo o tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segregado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

| | Consolidado | |
|--|-------------|---------|
| | 2014 | 2013 |
| Modalidade de seguro | | |
| Riscos operacionais - lucros cessantes | 600.000 | 600.000 |
| Responsabilidade civil - terceiros (i) | 212.496 | 187.408 |
| Incêndio - estoques | 150.000 | 100.000 |
| Garantia de concessão - TMAR | 27.816 | 49.551 |
| Garantia de concessão - Oi | 11.170 | 16.694 |
| Roubo - estoques | 20.000 | 20.000 |
| Responsabilidade civil - geral | 20.000 | 20.000 |
| Responsabilidade civil - veículos | 3.000 | 3.000 |

(i) Conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2014 (ptax): R\$ 2,6562 x US\$ 1,00

28. OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas
Aliciação das Ações da PT Portugal para a Alice
Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e Alice Portugal S.A. ("Alice PT"), subsidiária integral da Alice S.A. ("Alice"), celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Alice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da PT SGPS aprovaram que a Oi alene a integralidade das ações da PT Portugal à Alice PT, nos termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações. Dessa forma, a contação suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

Pela operação aprovada, a Oi alienará à Alice a totalidade das ações de emissão da PT Portugal, pelo valor da empresa ("enterprise value") correspondente 7,4 bilhões de Euros, com ajustes de caixa e dívida, incluindo a previsão de um pagamento diferido ("earn-out") de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal. O preço a ser pago pela Alice sofrerá ajustes usualmente adotados em operações similares, de acordo com a posição de caixa da Oi no fechamento da operação.

A efetiva alienação das ações da PT Portugal ainda está sujeita à conclusão de atos de reorganização societária com o objetivo de delimitar os negócios que serão alienados e de segregor os investimentos da PT Portugal que não serão alienados, incluindo os investimentos na Africatel GmbH & Co. KG, na Timor Telecom S.A. e os investimentos detidos pela PT Portugal na Rio Forte Investments S.A. (os quais são objeto da permuta com a PT por ações da Oi, ainda sujeita à aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários), bem como todo o parte do encumbramento da PT Portugal, assim como a obtenção das autorizações concorrenciais e regulatórias necessárias, na forma da lei aplicável.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel
Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para alienação das participações da Companhia na Africatel Holdings B.V. ("Africatel"), representativas de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco S.à.r.l. ("Samba Luxco"), uma coligada da Helios Ventures L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empunhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição

coordenada de sua participação nessas companhias.
Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG ("Africatel GmbH"), detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual a Samba Luxco exerce um suposto direito de venda das ações ("Put") por ela detidas na Africatel, de acordo com o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas pela PT, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio passado (Nota 1).

Conforme divulgado na nota 1 "Riscos relacionados à participação detida na Unitel", a Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH pretende disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel. Em novembro de 2014, a Samba Luxco iniciou procedimento de arbitragem em face da Africatel GmbH e a PT para a resolução de tal matéria.

A Oi pretende focar seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos e acredita que, caso este objetivo seja alcançado de maneira bem sucedida a arbitragem já iniciada perderá seu objeto.
Classificação dos ativos e passivos como mantidos para venda e operações descontinuadas
Em 5 de maio de 2014, a Companhia adquiriu a PT Portugal, e desde então, consolidava integralmente seus resultados, ativos e passivos. Com a alienação das ações da PT Portugal para a Alice e aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel, a Companhia classificou as operações da PT Portugal e as operações em África como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, em conformidade com o CPC 31/IFRS 5.

Adicionalmente, por representar uma importante linha de negócios separada, os resultados das operações da PT Portugal, do período de 5 de maio a 31 de dezembro de 2014, são apresentadas como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado. A rubrica "Operações descontinuadas" na demonstração do resultado inclui perdas de R\$ 4.164.478 relacionado ao ajuste do valor contábil da PT Portugal ao seu preço de venda deduzido das despesas relacionadas. As operações em África são consolidadas na demonstração do resultado desde 5 de maio de 2014.
O grupo de ativos e de passivos das operações da PT Portugal e das operações em África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, estão demonstrados abaixo:

| | Operações da PT Portugal | | Operações em África | | Total |
|---|--------------------------|------------------|---------------------|------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | |
| Ativos mantidos para venda | | | | | |
| Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras | 26.283.854 | 7.642.738 | 33.926.592 | | |
| Contas a receber | 590.111 | 170.056 | 760.167 | | |
| Dividendos a receber (i) | 2.270.140 | 195.690 | 2.465.830 | | |
| Ativo financeiro disponível para venda (ii) | 1.948 | 1.261.826 | 1.263.774 | | |
| Outros ativos | | 4.284.416 | 4.284.416 | | |
| Investimentos | 1.085.751 | 164.121 | 1.249.872 | | |
| Imobilizado | 134.272 | 63.267 | 197.539 | | |
| Intangível | 10.560.140 | 506.347 | 11.066.487 | | |
| Agio ("goodwill") | 5.271.808 | 376.441 | 5.648.249 | | |
| Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda | 26.328.948 | 851.273 | 27.178.221 | | |
| Empréstimos e financiamentos (iii) | 18.892.793 | 83.843 | 18.976.636 | | |
| Fornecedores | 2.260.503 | 97.600 | 2.358.103 | | |
| Provisões para planos de pensão | 3.347.687 | 997 | 3.348.684 | | |
| Outros passivos | 1.825.985 | 668.833 | 2.494.818 | | |
| Total de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda - Consolidado | (43.094) | 5.282.268 | 5.239.174 | | |
| Total de ativos mantidos para venda - Controladora | | | | | 26.202 |
| Eliminações intragrupo | | | | | 5.265.376 |
| Investimentos na PT Portugal | | | | | 2.821.322 |
| Créditos com partes relacionadas (iv) | | | | | 2.444.054 |

(i) Refere-se ao valor justo do investimento na Unitel determinado em conformidade com os laudos de avaliação dos ativos da PT Portugal, no âmbito da operação de aumento de capital (Nota 1);
(ii) Os empréstimos e financiamentos relacionados às operações da PT Portugal são demonstrados abaixo:
2014
Títulos não conversíveis ("Bonds") 15.776.993
Banco Europeu de Investimento 1.754.070
Papel Comercial 1.281.153
Outros 127.768
Custos de captação 47.191
Total 18.892.793
Circulante 1.934.473
Não circulante 16.958.320

(iii) Refere-se ao valor justo do investimento na Unitel determinado em conformidade com os laudos de avaliação dos ativos da PT Portugal, no âmbito da operação de aumento de capital (Nota 1);
(iv) Os empréstimos e financiamentos relacionados às operações da PT Portugal são demonstrados abaixo:
2014
Títulos não conversíveis ("Bonds") 15.776.993
Banco Europeu de Investimento 1.754.070
Papel Comercial 1.281.153
Outros 127.768
Custos de captação 47.191
Total 18.892.793
Circulante 1.934.473
Não circulante 16.958.320

Provisão para perda a valor justo do investimento PT Portugal e despesas relacionadas a venda do resultado das operações descontinuadas (4.164.478) (250.061) (4.414.539)
Resultado das operações descontinuadas
Resultado das operações descontinuadas
A provisão para perda no valor de R\$ 4.164.478 no investimento da PT Portugal resulta do reconhecimento desse ativo ao seu valor justo deduzido de despesas de venda. O valor de venda considerado para determinação da provisão para perda corresponde à oferta da Alice de R\$ 23.880 milhões (€ 7.400 milhões) deduzida do "earn-out" de R\$ 1.613 milhões (€ 500 milhões) e de passivos com benefícios de reforma assumidos pela PT Portugal e outros no montante de R\$ 3.872 milhões (€ 1.200 milhões).

Os principais componentes de receitas e despesas relacionadas ao resultado de operações descontinuadas, são demonstradas abaixo:

| | Operações em Portugal | | Operações em África | | Total |
|--|-----------------------|------|---------------------|------|-------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | |
| Receitas de vendas e/ou serviços | | | | | |
| Depreciação e amortização | | | | | (1.644.478) |
| Serviços de terceiros | | | | | (250.061) |
| Pessoal | | | | | (4.414.539) |
| Interconexão | | | | | (719.613) |
| Serviço de manutenção da rede | | | | | (468.842) |
| Outros custos e despesas | | | | | (126.392) |
| Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos | | | | | (560.376) |
| Resultado financeiro | | | | | 390.251 |
| Lucro (prejuízo) antes das tributações | | | | | (694.052) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | (303.801) |
| Resultado das operações descontinuadas | | | | | (537.740) |
| Os componentes dos fluxos de caixa relacionados ao resultado de operações descontinuadas, são demonstradas abaixo: Operações em Portugal 2014 1.877.781 (2.813.437) (5.325.725) (6.468.381) | | | | | |

Fluxo de caixa das atividades operacionais de operações descontinuadas
Fluxo de caixa das atividades de investimentos de operações descontinuadas
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos de operações descontinuadas
Total fluxo de caixa de operações descontinuadas

b) Títulos da Rio Forte
Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, através de comunicado divulgado pela Portugal Telecom, SGPS S.A. ("PT"), da aplicação de recursos da Portugal Telecom International Finance BV ("PTIF") e da PT Portugal SGPS S.A. ("PT Portugal"), sociedades controladas pela PT à Oi no aumento de capital, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, "Títulos" e "Rio Forte"), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo ("GES"), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela PT.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014 não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.
Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, "Subsidiárias da Oi") se tornaram controladas da Companhia em razão da aquisição da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Companhia, por parte da PT, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.
Em 15 de julho de 2014, ocorreu o vencimento de parte dos Títulos, no montante de 847 milhões de Euros. Em 17 de julho, ocorreu o vencimento do restante dos Títulos, no valor adicional de 50 milhões de Euros. A Rio Forte não liquidou suas obrigações dentro do prazo de vencimento das dívidas, e, nos dias 22 e 24 de julho de 2014, encorreu-se o período de cura para pagamento dos Títulos com vencimento em 15 e 17 de julho, respectivamente, sem que tenha sido pago o valor correspondente.

A Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado em 17 de outubro de 2014 pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o processo de falência encorriava-se em fase de habilitação de crédito, à qual se encerrará somente em 31 de março de 2015.
Termos do acordo celebrados entre a Companhia, Telemar Participações S.A. ("TmarPart") e "CorpCo" e a PT relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte
Em 15 de julho de 2014, a Companhia celebrou Memorando de Entendimentos com a PT, tendo por objeto fixar as bases de um acordo com relação às aplicações financeiras realizadas nos Títulos. Em 28 de julho de 2014, foram definidos entre Oi e PT os termos que constarão dos contratos definitivos e que seriam submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Oi e à assembleia de acionistas da PT.
Em 8 de setembro de 2014, foram aprovados, pela Assembleia Geral de acionistas da PT e pelos Conselhos de Administração da Companhia e da TmarPart, os termos e condições dos contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os referidos contratos foram celebrados na mesma data, entre a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a PT. Os contratos preveem (i) a realização de uma permuta ("Permuta") na qual as Subsidiárias da Oi transferirão os Títulos à PT em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da PT, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da PT ("Opção").
Tendo em vista as restrições legais e regulamentares à realização da Permuta e da Opção, a Companhia protocolou pedido de autorização à CVM a respeito da Permuta e da Opção. Em 6 de março de 2015, a Companhia tomou conhecimento da decisão proferida pelo Colegiado da CVM em 4 de março de 2015, no sentido de conceder as dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, condicionada (i) à aprovação dos termos de tais operações pela

Assembleia Geral da Companhia, e (ii) à concessão do direito de voto aos acionistas preferencialistas no referido conclave. No Extrato da Ata da Reunião do Colegiado que deliberou sobre o assunto, foi ressaltada a necessidade de que seja observado o §1º do artigo 115 da Lei nº 6.404/1976, especialmente por se tratar de transação com parte relacionada.
Dessa forma, no dia 10 de março de 2015, a fim de cumprir as condições previstas na decisão da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocou Assembleia Geral para o dia 26 de março de 2015, tendo como ordem do dia a aprovação dos termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

Principais termos do Contrato de Permuta e Outras Avenças ("Contrato de Permuta")
As Subsidiárias da Oi e a PT realizarão uma permuta pela qual a PT entregará às Subsidiárias da Oi ações livres de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 ("Ações Permutadas"); e a Oi, em contrapartida, entregará os Títulos à PT, no valor total principal de 897 milhões, sem torna ("Permuta").
Com a implementação da Permuta, a PT passará a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à PT para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

A conclusão da Permuta, com a transferência das Ações Permutadas às Subsidiárias da Oi e dos Títulos à PT, deverá ser realizado no prazo de até três dias úteis, contados a partir da aprovação da CVM. Uma vez que a decisão proferida pelo Colegiado da CVM em 4 de março de 2015 estabeleceu algumas condições para a concessão das dispensas necessárias à realização da Permuta e da Opção, a Permuta deverá ser concluída no prazo de até três dias úteis contados da implementação de tais condições. Caso tal aprovação não ocorra até 31 de março de 2015, nenhuma das companhias terá obrigação de consumir a Permuta, nos termos previstos nos contratos definitivos.
Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado correspondente à totalidade das ações a serem recebidas na operação de permuta, estimado com base em cotação de bolsa da mesma data é de R\$ 1.251 milhões.

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Opção")
Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 474.348.720 ações ordinárias e 948.697.440 ações preferenciais de emissão da Oi ("Ações Objeto da Opção") e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer